

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS
ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E
MOVIMENTOS SOCIAIS**

SARA DEOLINDA CARDOSO PIMENTA

**PARTICIPAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA: MULHERES
TRABALHADORAS NO SINDICALISMO RURAL**

Belo Horizonte
2012

SARA DEOLINDA CARDOSO PIMENTA

**PARTICIPAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA: MULHERES
TRABALHADORAS NO SINDICALISMO RURAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do grau de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. José Maurício Domingues

Belo Horizonte
2012

321.8 S237p 2012	Pimenta, Sara Deolinda Cardoso Participação, poder e democracia [manuscrito]: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural / Sara Deolinda Cardoso Pimenta.- 2012.
.	
	70 p. Orientador: José Mauricio Domingues. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.
.	
	1. Democracia 2.Mulheres do campo. 3. Sindicalismo. 4. Igualdade . 5. Poder (Ciências sociais). I.Domingues, José Mauricio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

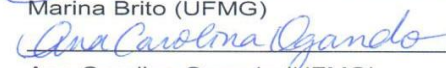
Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada " Participação, poder e democracia: mulheres.Trabalhadoras no sindicalismo rural " após leitura avaliativa da Monografia elaborada por Sara Deolinda Cardoso Pimenta .

A Comissão, composta por professor Marina Brito (UFMG) e Ana Carolina Ogando (UFMG) , após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2012.



Marina Brito (UFMG)



Ana Carolina Ogando (UFMG)

Dedico esta monografia às mulheres trabalhadoras rurais, dirigentes sindicais, que dia a dia constroem as possibilidades de uma vida com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho a muitas pessoas, aqui não nomeadas, especialmente às mulheres trabalhadoras rurais, dirigentes sindicais que o motivaram, e com quem tive a oportunidade de conviver, trabalhar e aprender durante boa parte de minha trajetória profissional.

Agradeço ao professor José Maurício Domingues que acolheu o projeto de pesquisa, e sempre receptivo, incentivou-me a produzir esta monografia.

Institucionalmente agradeço ao Projeto Democracia Participativa – PRODEP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, que por meio de parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, tornou possível a realização do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Às professoras e professores que nos forneceram os subsídios teóricos e conceituais e nos estimularam à reflexão e pesquisa com o instrumental metodológico desenvolvido para o ensino à distância.

Aos assistentes/funcionários do PRODEP que não pouparam esforços para atender prontamente às nossas solicitações.

À Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, especialmente à diretora Carmen Foro pelo apoio e incentivo, e por acreditar na contribuição que este trabalho poderia trazer à luta das mulheres trabalhadoras, dirigentes sindicais.

A Margarida Pereira da Silva, Raimunda de Mascena, Carmen Foro, e demais dirigentes sindicais não identificadas, que ao compartilharem sua experiência sindical com abertura e confiança, forneceram o fio condutor desta monografia.

À Manuela Magalhães pelo exemplo de sensibilidade e compromisso como feminista e pesquisadora e à colega de trabalho Anna Carolina, que cotidianamente me dirigiu gestos e palavras revigorantes e estimuladoras.

A Ana Carolina Ogando e Marina Brito estudiosas, feministas, que cuidadosamente leram meu trabalho, produziram comentários e críticas, que para além de toda a contribuição, me instigam a prosseguir com novos estudos e aprofundamentos.

Por fim, agradeço à amiga, afilhada querida, companheira de jornada e colega de curso Éryka Galindo, que amorosa e solidariamente esteve comigo até o último instante.

RESUMO

O trabalho aborda a trajetória das mulheres no sindicalismo rural com enfoque nas estratégias construídas na perspectiva do seu reconhecimento e participação política com igualdade. Propõe compreender, no contexto das lutas emancipatórias, a experiência de participação sindical das mulheres rurais, identificando as práticas que limitam e potencializam a expansão da cidadania e a construção democrática.

A pesquisa realizada, a partir de fundamentos e abordagem da produção feminista e das relações de gênero, consistiu na análise de documentos e publicações do movimento sindical de trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais e de entrevistas com dirigentes sindicais, o que possibilitou a abordagem, por diferentes ângulos, das deliberações e práticas sindicais. Apresenta uma problematização das estratégias para construir a participação, considerando as tensões entre igualdade e diferença, entre reconhecimento e distribuição, e um debate sobre a relação entre cidadania e democracia na perspectiva das lutas emancipatórias das mulheres rurais. As relações no interior do movimento sindical revelam-se marcadas pelo exercício do poder de caráter patriarcal que oprime e discrimina as mulheres, e por um tensionamento permanente que integra o processo participativo na perspectiva das lutas emancipatórias e da construção democrática. O que poderia, a princípio, parecer superado no movimento sindical, ao se considerar a capacidade articulatória e de mobilização das mulheres rurais, e os avanços em termos de visibilidade e reconhecimento social, expressos principalmente na realização das marchas das margaridas, guarda novos/velhos desafios, novas/velhas estratégias para reinventar a democracia e construir a autonomia e igualdade na participação sindical.

Palavras-chave: mulheres rurais, sindicalismo, igualdade, poder, democracia.

ABSTRACT

The work discusses women's path in rural unionism with a focus on the strategies created in perspective of their recognition and political participation on an equal footing. It proposes to understand the experience of rural women in union participation in the context of emancipating struggles, identifying practices that limit and strengthen the expansion of citizenship and construction of democracy. The research work, based on the foundations and the approach of feminist productions and gender relations, consisted in the analysis of documents and literature by the union movement of male and female rural workers, and interviews with union leaders, enabling an approach of union deliberations and practices, from different angles. It presents a problematization of strategies to build participation, considering the tensions between equality and difference, recognition and distribution, and a debate about the relationship between citizenship and democracy in perspective of the emancipating struggles of rural women. The relationships within the union movement reveal themselves to be marked by the exercise of a patriarchal power that oppresses and discriminates women, and by a permanent tensioning that integrates the participative process in the perspective of emancipator struggles and democratic construction. What would in principle seem to be overcome in the unionist movement, when considering the rural women's capacity to articulate and mobilize, and progress in terms of visibility and social recognition, expressed mainly in the March of the Daisies, carries new/old challenges, new/old strategies to reinvent democracy and construct autonomy and equality in union participation.

Keywords: rural women, unionism, equality, power, democracy.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. DAS MOTIVAÇÕES, EXPECTATIVAS E FOCO DA PESQUISA	12
3. DOS FUNDAMENTOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA	15
4. MULHER, TRABALHADORA RURAL E DIRIGENTE SINDICAL	24
5. ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUIR A PARTICIPAÇÃO COM IGUALDADE	35
6. QUE DEMOCRACIA? TENSIONAR PARA CONSTRUIR	47
7. NOVOS E VELHOS DESAFIOS, NOVAS E VELHAS ESTRATÉGIAS – À GUIA DE CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
DOCUMENTOS CONSULTADOS	70
APÊNDICE – Questões Abordadas nas Entrevistas	

PARTICIPAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA: *mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural*

1 – APRESENTAÇÃO

Esta monografia resulta do estímulo que encontrei no curso “Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais” para refletir sobre questões que emergem no cotidiano da minha prática profissional com mulheres trabalhadoras rurais, especialmente no movimento sindical.

A participação no curso, desde o ato da inscrição, foi compartilhada com as mulheres com quem trabalho e direcionada à reflexão sobre questões traduzidas no eixo “Democracia, Poder e Participação Política” que compõe a plataforma da Marcha das Margaridas 2011. Um grande desafio que me dispus a abraçar para fazer jus à oportunidade que me foi dada. Não foi fácil conciliar os tempos e as limitações teóricas para tratar questões de grande complexidade, mas as bases teóricas e pistas oferecidas pelo curso me impulsionaram a abraçar o desafio e realizar este estudo. Ciente das suas limitações, reconheço a necessidade de aprofundamento e ampliação que exigem maior fôlego e investimentos em pesquisa e estudos, que se traduzem num sentimento de incompletude, vontade de prosseguir, ou ainda, de que possa gerar interesses de novos investimentos no tema, o que acredito ser próprio ao processo de construção de conhecimento.

O estudo, organizado em seis partes, tem início com a exposição das motivações, expectativas, e foco da pesquisa voltado para a trajetória construída pelas mulheres no movimento sindical de trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais.

Em seguida busco articular os fundamentos e a abordagem metodológica, a partir da perspectiva feminista e das relações de gênero, que orientam os procedimentos metodológicos, a construção da pesquisa e a análise dos seus resultados. Trata-se de um investimento que fornece, ainda, a ancoragem necessária para assumir meu envolvimento e compromisso com as lutas emancipatórias das mulheres trabalhadoras rurais, como parte integrante deste estudo.

A análise propriamente dita é apresentada nas partes subsequentes. Na primeira, intitulada “Mulher, trabalhadora rural e dirigente sindical” trato de identificar

de quem falo, e em que perspectiva, reunindo informações e reflexões sobre a trajetória recente de participação sindical das mulheres rurais. A pesquisa documental, principalmente nos anais de congresso, a partir de 1985, fornece uma linha do tempo que permite compreender e articular elementos que compõem a trajetória sindical construída pelas mulheres.

Na parte seguinte “Estratégias para construir a participação com igualdade” trato de relacionar elementos da trajetória das mulheres no movimento sindical e questões trazidas pelas entrevistadas, para à luz de um referencial teórico problematizar e refletir sobre as tensões entre igualdade e diferença, entre reconhecimento e distribuição, articuladas às relações de poder que reproduzem a desigualdade.

Na sequência dessa abordagem introduzo outra parte do trabalho que denomino “Que democracia? Tensionar para construir”. Aqui articulo questões que emergem na trajetória e no cotidiano sindical das mulheres ao debate sobre a relação entre cidadania e democracia na perspectiva das lutas emancipatórias. Busco problematizar a democracia tão anunciada no discurso sindical a partir de elementos trazidos pelas entrevistadas ao relatarem suas experiências como sindicalistas, e demonstrar que o lugar da participação sindical das mulheres rurais se constrói num ambiente de permanente tensão onde, também, reside a possibilidade de ampliação da cidadania, da construção da democracia e da igualdade.

À guisa de conclusão, apresento “Novos e velhos desafios, Novas e velhas estratégias” destacando alguns elementos que pude reter ao longo do processo de construção da pesquisa para os quais convergem as reflexões realizadas. Ao finalizar este trabalho identifico e reitero a importância da abordagem, e também do aprofundamento do debate sobre a “Participação, poder e democracia” na vida sindical de mulheres rurais, de modo a oferecer novas perspectivas para enfrentar os desafios contemporâneos na construção da igualdade.

2 – DAS MOTIVAÇÕES, EXPECTATIVAS E FOCO DA PESQUISA

Uma primeira motivação para a realização deste trabalho se apresentou, ainda de modo latente, quando decidi me candidatar ao curso Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, movida pelos esforços que venho empenhando em minha trajetória profissional na perspectiva de contribuir no processo organizativo e emancipatório das mulheres trabalhadoras rurais, especialmente no âmbito do movimento sindical.

O curso “Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais” consistiu num lugar privilegiado de reflexão sobre dimensões que integram o contexto e aspectos da incidência social. Ao estimular a associação entre teoria e prática possibilitou, ainda, o exercício da reflexividade de modo que passamos, nós alunas e alunos, também a nos ver no contexto social, como protagonistas que somos de um fazer social, seja pela nossa militância, e/ou prática profissional.

Nesse percurso senti-me motivada a encarar a realização deste estudo, sabedora de que teria que me deparar com minha própria trajetória de trabalho e com toda a sorte de vivências, sentimentos e emoções que a permeiam. O que poderia a princípio parecer uma tarefa estafante pelo fato de reviver anos de trabalho, sonhos e idealizações turvados pelo contexto e dinâmica próprios a um espaço de contradições, conflitos e tensões permanentes, apresentou-se agora de modo renovado. As oportunidades de revisitar e refletir sobre a prática por meio da bibliografia disponível, dos vídeos-aulas, salas de bate-papo e participação nos fóruns de discussão trouxeram-me novo fôlego, mesmo com as limitações de tempo para os aprofundamentos necessários.

É possível, então, compreender o caráter extraordinário, renovador e salutar que assumiu a realização deste estudo pela oportunidade de transformar em produção de conhecimento aquilo que, por vezes, se apresenta como que esgotado num círculo vicioso.

Ao iniciar esta monografia ressalto, então, sua motivação maior fundada na dimensão renovadora que teve lugar no exercício da reflexividade e no esforço de reflexão teórica, que ganharam corpo no processo da pesquisa, e que aqui busco registrar. É preciso destacar que compõe esse processo uma dimensão subjetiva que integra as perspectivas e olhares sobre o “objeto de pesquisa” e o “se fazer

pesquisadora”, que buscarei abordar na próxima parte ao tratar dos fundamentos e abordagem metodológica.

A partir destas considerações resumo as motivações e a expectativa deste estudo em quatro elementos dinamicamente relacionados.

- A trajetória de lutas por reconhecimento e participação sindical construída pelas mulheres trabalhadoras rurais, especialmente nos últimos 25 anos, traduzida na atualidade numa agenda política, que tem na Marcha das Margaridas sua maior expressão.
- A existência de alguma bibliografia significativa sobre o tema, mas a demandar novos estudos no sentido de dar visibilidade à trajetória construída pelas mulheres trabalhadoras rurais, elucidar questões do cotidiano da ação sindical e identificar desafios e possíveis estratégias para enfrentá-los.
- O interesse manifesto pelas mulheres rurais sindicalistas na compreensão de questões e desafios que emergem em sua trajetória de participação política e sua disposição, não somente para participar da pesquisa, como de acreditar na contribuição dos seus resultados.
- A expectativa de que este estudo possa contribuir para integrar as formas de conhecimento e as experiências das mulheres sindicalistas e contribuir no processo de construção de relações igualitárias e emancipatórias no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Com essas motivações defini o foco da pesquisa na trajetória sindical das mulheres rurais, especialmente em torno das estratégias, mecanismos de participação e atuação e nos desafios para a construção democrática com igualdade para as mulheres. Tal definição se referencia no lema e na plataforma política das mulheres que orientou a realização da Marcha das Margaridas¹ em 2011, expressão maior da organização e participação política das mulheres rurais do movimento sindical na atualidade.

¹ Trata-se de uma ampla mobilização nacional de protesto, reivindicação e proposição, promovida pelas mulheres do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais a partir do ano 2000, em parceria com movimentos feministas, de mulheres e centrais sindicais. Foram realizadas marchas nos anos 2000, 2003, 2007 e 2011, com um número crescente de participantes chegando a mobilizar cerca de cem mil mulheres em Brasília.

A plataforma política das mulheres que se traduz atualmente no lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade” está organizada em sete eixos temáticos que expressam uma concepção e um projeto político que articula dimensões estruturais do campo e da sociedade, das relações sociais em seus aspectos econômicos, políticos, culturais a dimensões da produção e reprodução social (Contag, 2011).

Nessa perspectiva estão pautadas a democratização do acesso a terra e dos bens comuns, a organização produtiva com autonomia econômica das mulheres e superação da divisão sexual do trabalho, educação não sexista, o enfrentamento à violência, os direitos sexuais e reprodutivos, a democracia e participação política das mulheres do campo e da floresta² (Contag, 2011).

As questões que compõem a plataforma e agenda política das mulheres estão dinamicamente articuladas, mas para fins deste trabalho focalizamos o eixo “Democracia, Poder e Participação Política” e neste realizamos o recorte da participação sindical.

Com este foco busquei compreender as formas de inserção e as estratégias construídas pelas mulheres em sua trajetória sindical para garantir reconhecimento e participação política sindical. Procurei compreender, no contexto das lutas democráticas e por cidadania, a participação sindical das mulheres rurais e identificar e analisar em que medida as relações construídas se renovam ou se limitam por velhas práticas, que rupturas, continuidades, contradições, conflitos e tensões apresentam. Tratei de articular esses aspectos à perspectiva emancipatória, à expansão da cidadania e construção democrática e de identificar alguns desafios que se apresentam no contexto atual.

² Mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, uma identidade construída a partir da Marcha de 2007 que se relaciona, dentre outros, à demanda por visibilidade de um contingente expressivo, que guarda características territoriais, espaciais, culturais, econômicas e políticas próprias, representado principalmente pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS; Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTRNE e Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia – MAMA.

3 – DOS FUNDAMENTOS E ABORDAGEM METODÓGICA

A realização da pesquisa que dá origem a esta monografia foi guiada pelas motivações abordadas anteriormente que tem na sua base o envolvimento com o “objeto de estudo” definido em cerca de duas décadas de trabalho junto às mulheres sindicalistas rurais. Portanto, é preciso assumir de antemão a dimensão desse envolvimento que se expressa numa espécie de pertencimento, de se ver como parte integrante de uma trajetória.

O que poderia a princípio ser um facilitador da pesquisa, por trilhar caminhos já percorridos, pela facilidade de acesso às fontes de pesquisa, na verdade tratou-se de um empreendimento difícil, que encerra o grande desafio de se ver parte e, com objetividade, produzir conhecimento. Não por outro motivo deixei de fazer esse investimento em outras oportunidades.

De fato, senti-me desafiada durante o Curso, que me encontra num momento propício a este tipo de investimento, para o qual concorre alguma maturidade associada à perspectiva de fechamento de um ciclo de trabalho e de vida. Portanto, assumo também, que este trabalho tem para mim uma dimensão subjetiva e simbólica muito forte.

Apoiando-me em Santos (2003) reconheço a dimensão de autoconhecimento no processo de construção da pesquisa e na sistematização e análise dos seus resultados pela relação entre sujeitos (e não entre sujeito e objeto) que ela integra, e pelos ensinamentos que eu como mulher, feminista, envolvida com as mulheres/sujeitos da pesquisa, tive e tenho a oportunidade de acessar.

Para abraçar o desafio de encontrar a disposição e os recursos necessários à construção da pesquisa encontrei ancoragem em alguns autores (Santos, 2003, 2001; Bourdieu, 2003, 1995; Harding, 1996; Haraway, 1995) que discutem o fazer científico na perspectiva da teoria crítica moderna trazendo à luz a distinção necessária entre objetividade e neutralidade.

Longe de qualquer pretensa e inocente neutralidade, com o presente estudo assumo não somente um posicionamento político com minhas escolhas empíricas e teóricas, como também a responsabilidade pelo processo construído nas interações e diálogos e pelos resultados aqui registrados, reveladores que são de limites, mas também de potenciais. Sobre esses aspectos encontramos ressonância em

Bourdieu (2003) que nos convoca a um esforço no sentido de assumirmos as implicações do processo que construímos para produzir conhecimento.

O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente (BOURDIEU, 2003, p.694-695).

Necessário se faz avançar um pouco mais e dizer de onde falo, de que lugar exercito o meu olhar pesquisador, ou seja, de que perspectiva, ou com quais lentes me aproximo do foco de estudo. Esse lugar, do engajamento político posicionado e identificado com a luta emancipatória das mulheres “[...] implica uma postura ativa, interpretativa e responsável” (Arthur, 2003, p. 386), e encontra ressonância e embasamento na construção feminista, reconhecida por Santos (2001) como a melhor teoria crítica construída nas ciências sociais a partir do final dos anos 70. De acordo com este autor a teoria feminista revelou as múltiplas faces da dominação e opressão, negligenciadas pela teoria crítica moderna, a exemplo da dominação patriarcal, e os/as múltiplos/as protagonistas de formas diferenciadas de resistência e luta (Santos, 2001).

Para Haraway (1995), ao contrário da pretensa objetividade, transcendente e universalista da ciência moderna, que opõe sujeito e objeto, a objetividade da perspectiva feminista se constrói com saberes histórico e socialmente localizados, parciais e corporificados, o que nos impõe a responsabilidade de assumir do nosso lugar, o nosso olhar e o que dele se origina em termos de conhecimento, com suas possíveis implicações.

A distinção entre neutralidade e objetividade precisa ser resgatada, não para simplesmente descartá-las como recursos enfatizados pela ciência moderna, mas para recolocá-las da perspectiva da teoria crítica. De acordo com Boaventura Santos “a atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta para maximizar a objetividade e para minimizar a neutralidade” (SANTOS, 2001, p. 31). Com essa afirmativa o referido autor destaca a importância da “aplicação rigorosa e honesta” dos métodos adotados, de modo a possibilitar análises que não escapem aos interesses e valores que integram a construção da pesquisa, mas tampouco permitam reproduzir a ideologia do pesquisador. Isso implica em desenvolver as argumentações necessárias para fundamentar os posicionamentos assumidos tendo

claro o caráter parcial do conhecimento produzido e a possibilidade de outras abordagens sobre o tema em questão.

De acordo com HARAWAY (1995, p. 24) “[...] é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica, objetiva, firme e racional”. Tal perspectiva de objetividade se faz com posicionamentos críticos que requerem instrumentos de visão para mediá-los, o que os fazem marcados e corporificados. Ao contrário o conhecimento seria para Haraway “fantástico, distorcido e irracional”, pois “a questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada” (HARAWAY, 1995, p. 27 - 33.)

O conhecimento historicamente produzido pela ciência moderna, em sua pretensa objetividade e neutralidade, não somente colocou as mulheres num lugar de invisibilidade e silêncio, como revelou seu caráter sexista assente em dicotomias em que um dos polos é associado ao masculino e o outro ao feminino numa relação sempre hierárquica (Santos, 2001, p. 87).

Dicotomias como cultura/natureza, objetividade/subjetividade, razão/emoção, carregam ao longo da história o significado de que o progresso humano se faz pela dominação do primeiro polo associado ao masculino, sobre o segundo, associado ao feminino, concorrendo para uma tendenciosidade de gênero em muitas interpretações tornando o que Harding (1996, p. 18) chama “ciência generizada”.

As diferenciações entre masculino e feminino, para Bourdieu (1995) têm inscrito as mulheres na ordem da natureza excluindo-as do mundo historicamente situado, da produção e da cultura. Essa lógica que é a um só tempo diferenciadora e dominadora se fundamenta na assimetria entre os sexos e determina a organização do espaço, a oposição entre casa e campo, a estruturação do tempo, da jornada de trabalho, a divisão de tarefas e atividades, e os papéis sociais (Bourdieu, 1995, p. 137).

Ainda que as relações de gênero sejam propriamente o foco da pesquisa, a abordagem das relações sociais da perspectiva de gênero se faz oportuna por se constituir numa categoria de análise que contribui para elucidar a natureza das relações sociais, as assimetrias entre os sexos e as relações de poder. Uma forte referência neste campo de análise é encontrada em Scott (1995), para quem as

relações de gênero constituem “[...] um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.86-88). Tantas outras abordagens buscaram aprofundar e problematizar o gênero, como as realizadas por Butler (2003) e Saffioti (1994) que trataram, ainda, das interseções políticas e culturais do gênero com as dimensões de classe, raça e etnia.

O debate sobre o fazer científico encontra em Harding (1996) o reconhecimento da diferenciação de gênero como sistema simbólico enraizado na história das culturas e da organização social, nos significados raciais e de classe, nos sistemas de crenças e nas instituições, articulados a dimensões econômicas, políticas e psicológicas, em contextos específicos, que reproduzem na ciência o sexismo ou seu caráter generizado. Esse reconhecimento se faz essencial na perspectiva de produzir uma política de construção do conhecimento que revele as condições necessárias para alterar a lógica hegemônica que concorre para a reprodução da dominação econômica, política e cultural.

No dizer de Santos, “[...] sob a capa dos valores universais autorizados pela razão foi de fato imposta a razão de uma raça, de um sexo e de uma classe social” (SANTOS, 2001 p. 30) e somente da perspectiva do que chama “conhecimento-emancipação”, devidamente contextualizado, seria possível fazer emergir os/as silenciados/as e historicamente colocados/as na invisibilidade, superando toda e qualquer naturalização das diferenças e servindo de suporte às práticas emancipatórias.

Nessa linha Haraway (1995, p. 27) argumenta em prol do que chama do conhecimento marcado a partir de uma conexão parcial, de uma objetividade posicionada contra o “[...] conhecimento do ponto de vista do não marcado [...]”, a seu ver “[...] realmente fantástico, distorcido e, portanto irracional”. Aqui vale seguir reproduzindo sua colocação.

A única posição a partir da qual a objetividade não tem a possibilidade de ser posta em prática e honrada é a do ponto de vista do senhor, do Homem, do deus único, cujo Olho produz, apropria e ordena toda a diferença (HARAWAY, p. 27)

Com essa ancoragem teórica identifico o foco da pesquisa num campo de tensões e longe de qualquer postura que negue as assimetrias de gênero, ou se posicione para eliminar as hierarquias, reconheço as tensões, como próprias a um campo de relações de poder, de conflitos e instabilidades, e enquanto tal passível de

transformações numa perspectiva democrática e emancipatória. Com isso não coloco em perspectiva a eliminação do conflito com a prevalência de uma utópica igualdade e harmonia, mas antes a consciência dos antagonismos, geradores de protagonismo político, de que nos fala Mouffe (2007).

A objetividade deste estudo, portanto, se faz com posicionamento e parcialidade, buscando articular em contextos sociopolíticos e sindicais o reconhecimento das mulheres sindicalistas como sujeitos políticos, atrizes e autoras de sua própria história.

A expectativa de que este estudo possa contribuir para a construção de relações igualitárias e emancipatórias no movimento sindical passa pela necessidade imperiosa de dar lugar à fala das mulheres, com sua experiência e sua própria leitura e interpretação dessa experiência. Somente dessa perspectiva podem as mulheres ser reconhecidas como legítimas protagonistas de uma história que ainda permanece silenciada e num lugar de invisibilidade social. Uma história tecida por trajetórias individuais e coletivas, por sonhos, esperanças, plataformas e bandeiras de luta, situadas e datadas, que a um só tempo integram e expressam contextos sociopolíticos diversos.

O foco da pesquisa voltado para a trajetória e as estratégias construídas pelas mulheres, para a sua participação e engajamento sindical, indicou a necessária utilização de instrumentos que possibilitassem o acesso aos elementos da sua trajetória político sindical, devidamente contextualizada, na busca de descrevê-los, interpretá-los e compreendê-los, por meio de procedimentos próprios da metodologia da pesquisa social.

A consulta a documentos, anais de congressos e pautas de reivindicação, consistiu num procedimento fundamental para a imersão na trajetória das mulheres sindicalistas e identificação dos silenciamentos a elas impostos, como da emergência do seu protagonismo político, das relações construídas, das contradições e conflitos próprios a uma arena política historicamente masculinizada.

Os principais documentos consultados foram os anais de congressos, desde o 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em 1973 até o 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realizado em 2009, por corresponderem à instância máxima de representação e deliberação e

expressarem o contexto, posicionamento e dinâmica política do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Além desses, foram consultadas as pautas de reivindicações das marchas das margaridas dirigidas ao movimento sindical³ realizadas nos anos de 2003, 2007 e 2011, relatório de pesquisa sobre violência contra as mulheres no movimento sindical⁴ e registros do Módulo III – “Mulheres no MSTTR, trajetórias, perspectivas e desafios, do Curso de Formação Política para Mulheres”⁵.

Concomitante à consulta aos citados documentos foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, em número de nove, sendo três com as mulheres dirigentes sindicais, coordenadoras de mulheres da Contag, período de 1995 a 2005 e secretária de mulheres da Contag, a partir de 2009, quando a coordenação passou à Secretaria. Assim, foram entrevistadas: Margarida Pereira da Silva, coordenadora nacional de mulheres, 1995 a 1997; Raimunda Celestina de Mascena, 1998 a 2004; Carmen Helena Foro, a partir de 2005 com mandato até março de 2013.

As demais entrevistas, em número de seis, foram realizadas com diretoras estaduais de secretarias de mulheres, sendo uma entrevistada por região do país – sul, sudeste, centro-oeste e norte e duas da região nordeste. Não foi adotado nenhum critério especial para a escolha destas entrevistadas, senão o empenho em envolver dirigentes das diversas regiões, associado à disponibilidade das entrevistadas durante sua estadia em Brasília.

Para preservar as entrevistadas, secretárias estaduais de mulheres, diretoras das federações estaduais de trabalhadores na agricultura, optamos por não identificá-las neste trabalho, nomeando-as apenas como diretoras estaduais, quando da citação de partes das entrevistas.

³ Trata-se de pautas de reivindicação dirigidas ao próprio movimento que são apresentadas pelas mulheres nas diferentes instâncias e norteiam acordos internos e orientam proposições aos congressos da categoria.

⁴ Pesquisa Violência contra as mulheres nos espaços doméstico, familiar e no movimento sindical realizada com 532 mulheres durante a realização da IV Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 2008. Ver Contag, 2010.

⁵ Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres, realizado em Brasília, no período de abril a novembro de 2010, durante o processo de preparação da Marcha das Margaridas de 2011.

O processo de coleta de dados, por evocar trajetórias de luta e de trabalho, revelou-se vivo e dinâmico, marcado por dimensões da subjetividade e intersubjetividade, sobretudo no ambiente de interação criado durante as entrevistas. Esse processo foi permeado por emoções diferenciadas ao revisitarmos contextos, nos vermos pertencentes e protagonistas e voltarmos nosso olhar para elementos constitutivos da dinâmica das relações sindicais.

As entrevistas se constituíram em momentos privilegiados de interação, e se as mulheres entrevistadas já eram conhecidas e integram meu círculo de relações e contexto atual de trabalho, por outro lado trouxeram a novidade do momento especificamente dedicado a uma interação especial e a uma escuta atenta orientadas para o objetivo da pesquisa, compartilhado ao princípio com elas. Todas as entrevistadas mostraram-se interessadas pela pesquisa e seus resultados manifestando a importância que teria para a sua atuação política.

Cada entrevista foi iniciada por uma reapresentação. Reapresentamos-nos uma (entrevistadora) à outra (entrevistada) para que pudéssemos demarcar aquele momento específico do processo de uma pesquisa cujo foco e objetivos ao início foram compartilhados. Todas as entrevistas foram gravadas com a devida permissão das entrevistadas e em alguns casos, em alguns momentos, desligamos o gravador. As entrevistas foram transcritas, duas delas por mim e as outras por uma profissional da área. Em todos os casos foram por mim realizadas a devida conferência e correção.

Não é demais reiterar a dimensão do envolvimento no processo de pesquisa, especialmente quando da realização das entrevistas, que enquanto lugar de interação se define pela natureza e condições em que ocorre a interação entrevistadora-entrevistada, e neste caso pela história das relações construídas com as mulheres entrevistadas. De acordo com Mendes citado por Magalhães (2008) “[...] ninguém, para o bem e para o mal, sai incólume a uma entrevista. E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes e ausentes, que jaz toda riqueza das entrevistas” (MAGALHÃES, 2008, p. 41).

Dessa perspectiva a situação de entrevista revela implicações sociais, políticas, culturais e ideológicas num lugar privilegiado de interação, mediada pela linguagem, por meio da qual se dá o acesso às condições estruturais, sistemas de valores e ao universo simbólico das entrevistadas. A entrevista, com essa

abordagem constitui, em si, um fato social. Na situação de entrevista a linguagem é fenômeno, discurso que denota um modo de produção social a partir da relação entrevistadora-entrevistada e que se expressa no material produzido (Pimenta, 2005, p. 19 - 47).

As entrevistas, ao versarem sobre elementos da trajetória das mulheres como dirigentes sindicais, revelam a experiência vivida, que de acordo com Scott (1999, p. 42) trata-se de uma história do sujeito articulada por meio da linguagem, como uma interpretação da experiência, mas a demandar interpretação. Ao transcrever as entrevistas, se perdem as variações nas entonações de voz, os silenciamentos, os gaguejos, as repetições, que integram a dimensão da subjetividade e guardam conotações e sentidos de forte significado na experiência das mulheres, motivo pelo qual voltei a ouvi-las outras vezes na busca de captar suas expressões.

No curso das entrevistas busquei equilibrar o envolvimento com o distanciamento necessário, sem procedimentos forçados que pudessem instituir situações tão artificiais a ponto de comprometer a interação, e por consequência, o desenrolar das entrevistas. Na perspectiva de construir a pesquisa com objetividade tratei de exercitar a permanente contextualização de modo a possibilitar a identificação dos diferentes sistemas simbólicos que emprestam sentido à diversidade de relações e práticas sociais. Busquei, ainda, exercitar a reflexividade e a auto-reflexividade o que requereu a todo o tempo me situar no lugar de pesquisadora, de quem almeja um conhecimento posicionado, comprometido com as lutas emancipatórias (Pimenta, 2005, p. 19 a 47).

Nesse sentido encontramos em Haraway (1995), citando Kuhn, a referência ao que chama de “distanciamento apaixonado”, para além da “parcialidade e auto-crítica”. De acordo com ela

Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometem alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (HARAWAY, 1995, p. 24).

Nessa perspectiva, encontramos em Pimenta (2005, p. 36) ao citar Santos, uma convocação ao retorno às perguntas simples, ao comprometimento assumido, que passa por criar condições para que as mulheres possam se expressar do seu lugar, historicamente silenciado pela linguagem hegemônica. O compromisso em foco remete ao exercício de se transportar para o lugar do outro, de captar vivências

e sentimentos, de interagir solidariamente, sem perder o foco e os objetivos da pesquisa.

Para finalizar esta parte retorno à ancoragem que encontrei para abraçar o desafio de realizar este estudo reproduzindo os seguintes dizeres de Donna Haraway que me sustentam, estimulam a seguir em frente e me fazem reiterar motivações e expectativas.

Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada (HARAWAY, p. 33).

Sei que corro o risco de simplificações por querer adentrar uma área tão complexa de debates e construções teóricas cujo alcance em profundidade requer estudos de maior fôlego. Assim registro que estou ciente da complexidade do debate sobre ciência e feminismo, complexidade que este trabalho não se propõe a alcançar, mas onde busco algum suporte para problematizar alguns elementos essenciais ao tipo de conhecimento que pretendo produzir

Ao adotar a perspectiva feminista, não considero demais, nem tampouco uma contradição atentar para as palavras de Bourdieu que nos convoca a uma permanente auto-crítica e exercício da reflexividade sobre o que é difícil reconhecer de imediato, mas que pode sim se encontrar nas entranhas do nosso olhar, ao que ele chamou de “[...] *esquemas inconscientes de percepção ou apreciação, as estruturas sociais históricas da lei masculina* (BOURDIEU, 1998, p. 13).

4 – MULHER, TRABALHADORA RURAL E DIRIGENTE SINDICAL

Mulher, trabalhadora rural e dirigente sindical, a princípio denota uma identificação de mulher, associada ao trabalho na agricultura e à atuação sindical no âmbito da sua categoria. Nesta monografia, no entanto, carrega uma conotação de trajetória construída, de protagonismo político para fazer valer o reconhecimento da condição de trabalhadora rural, superar as desigualdades de gênero, fundadas na diferença sexual, conquistar espaço no movimento sindical e atuar na qualidade de dirigente. Indica, pois, a condição de sujeito político, protagonista de lutas sociais por reconhecimento e direitos, por justiça, autonomia e igualdade. Enquanto trajetória pode-se presumir que remete a um processo dinâmico, situado e datado, que guarda múltiplas experiências e significados construídos e sugere a emergência de identidades coletivas e política.

De fato, ao dialogar com o foco da pesquisa, esta abordagem demanda o resgate de alguns componentes que estruturam a trajetória construída pelas mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical. Esse resgate é essencial na tentativa de captar na dinâmica das relações construídas o caráter renovador da participação das mulheres rurais, mas também os elementos que a restringem e concorrem para a reprodução das desigualdades, na contramão da perspectiva emancipatória que a emergência desse novo sujeito político sugere.

O sindicalismo rural se estruturou no Brasil a partir dos anos 50 e 60 como um espaço político de exercício e domínio masculino e, consoante às práticas sociais e à cultura política hegemônica, não somente excluiu as mulheres trabalhadoras como as colocou na invisibilidade. Ao longo de aproximadamente três décadas o movimento sindical, especialmente da área rural, se construiu com esse perfil nas lutas em defesa dos direitos da categoria. As mulheres não tiveram lugar nesse processo, a não ser na condição de dependentes dos seus maridos, e tampouco foram reconhecidas na sua condição de trabalhadora, uma vez que seu trabalho sempre foi considerado como algo provisório e complementar.

Por força da divisão sexual do trabalho que se reproduziu de forma naturalizada na sociedade e, marcadamente no meio rural, obedecendo à lógica binária e hierárquica de gênero, a mulher foi identificada exclusivamente com a função reprodutiva e com o espaço privado. Desse modo suas atividades não foram reconhecidas e valorizadas, sejam relacionadas ao trabalho reprodutivo e de

cuidados, seja ao trabalho na agricultura. Por este ser considerado produtivo e próprio dos homens, o trabalho das mulheres sempre foi colocado na invisibilidade, ou no máximo admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino. Essa situação não somente comprometeu a identidade de mulher trabalhadora e o seu reconhecimento social, como impediu o seu acesso aos direitos sociais, concorreu para reproduzir as desigualdades, tanto na agricultura familiar como no trabalho assalariado e excluiu as mulheres rurais do mundo sindical e da cidadania.

Na agricultura familiar, o destaque da figura tradicional do “chefe de família”, ainda recorrente, é revelador da desvalorização das jornadas de mulheres e jovens que integram a produção familiar e têm sido negligenciadas não somente no âmbito doméstico, mas pelas instituições sociais, concorrendo para a reprodução da exclusão e desigualdade. A situação de desvalorização do trabalho da mulher rural inscrita na estruturação das desigualdades de gênero e na cultura patriarcal é ainda hoje uma realidade social que restringe o acesso a recursos materiais e simbólicos, a bens e serviços, compromete a cidadania e a construção democrática.

Os Anais do 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais (não foram localizados registros do 1º congresso) promovido pela Contag nos anos 1973 e 1979, respectivamente, demonstram bem essa situação de exclusão ao não registrar qualquer referência à mulher trabalhadora rural, senão como “esposa do trabalhador”, e revelar cerca de apenas 1% de participação de mulheres delegadas. As referências se fazem ao “homem do campo” e ao trabalhador rural, e o 3º Congresso, ao tratar a mulher o faz no tema aposentadoria, como um direito que lhe é devido como esposa do trabalhador “[...] desde que prove sua atividade rural junto à família” (Contag,1973). Ou seja, a mulher não era reconhecida como trabalhadora rural, senão como dependente do esposo, e sua atividade naturalizada como “do lar” ou “doméstica”.

Na década de 70 os movimentos de mulheres e feministas no Brasil já têm expressão social na esteira das lutas feministas internacionais e da conjuntura de resistência e luta contra a repressão e o regime ditatorial. O ano de 1975 instituído pela ONU o Ano Internacional da Mulher, inaugura um decênio de expressivas lutas feministas, apoiadas em reflexões sobre a discriminação fundada na diferença sexual e nas especificidades da condição da mulher. Registram-se diversas lutas

relacionadas às condições de vida e reprodução social (creches, transporte, habitação, contra a carestia) e no que tange ao mundo do trabalho destaca-se uma “dupla angulação” com reivindicações voltadas para superar as discriminações por sexo nos locais de trabalho – salário, segregação ocupacional, falta de assistência à gestante, e demandas voltadas para vencer as desigualdades no mundo sindical, de participação e exercício da política sindical (Cappellin, 1994).

O movimento sindical de trabalhadores rurais, de caráter predominantemente masculino, terá sua configuração questionada nos anos 80, contexto de efervescência política, de lutas pela democratização do país, de emergência de novos sujeitos políticos e movimentos sociais, de consolidação da “segunda onda” do feminismo e do que se chamou “novo sindicalismo”.

Pela ação dos movimentos sociais a política passou a ser exercida para além das fronteiras da institucionalidade expondo conflitos e contradições tradicionalmente atribuídos à esfera privada e ao mundo relacionado à cultura. Assim, tornaram públicas e politizadas diversas formas de opressão e dominação que questionaram a ideia de atores centrais ou únicos e trouxeram à cena pública a diversidade de atores coletivos (Santos, 1997).

A criação das centrais sindicais, especialmente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, defensora do sindicalismo autônomo, democrático e de base expressa esse novo momento político, que tem no campo a emergência de novos movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, dentre outros movimentos sociais fortemente estimulados pela ação política organizativa das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

Mulheres de diferentes origens e categorias passaram a ocupar, de forma organizada e articulada, os espaços públicos com uma ampla agenda política de lutas por direitos, cidadania e igualdade de oportunidades com forte influência dos movimentos feministas. O enfrentamento aos padrões sexistas marcados por diferentes formas de opressão e discriminação se traduziu em diversas frentes de lutas, por creches à igualdade de direitos no mundo do trabalho, orientadas pelos ideais de igualdade e autonomia para as mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais tiveram presença e participação no contexto de lutas democráticas marcadamente no processo que culminou com a

criação da CUT em 1983 e no 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1985. Reivindicando o direito de sindicalização e participação no movimento sindical independente de pai, irmão ou marido, apresentaram e fizeram aprovar moção de apoio à sindicalização feminina (Abramovay e Silva, 2000; Cappellin, 1994).

A presença e participação política das mulheres rurais se estendeu às lutas durante o processo constituinte favorecidas pelo forte estímulo das Comunidades Eclesiais de Base com significativa capilaridade e atuação nas comunidades rurais, da qual resultou a formação de muitas lideranças sindicais (Magalhães, 2008; Abramovay e Silva, 2002; Contag, 2002).

A participação das mulheres como delegadas ao 4º Congresso passou pouco dos 2% e em seus anais registra-se uma preocupação com a sua pouca participação sindical e com a dupla discriminação como mulher e trabalhadora. Esse congresso propõe igualdade de salário no caso das assalariadas, denuncia a legislação previdenciária que não reconhece a mulher trabalhadora rural e aprova uma moção proposta pelas trabalhadoras na qual reivindicam reconhecimento, nos seguintes termos: “[...] Que a mulher trabalhadora rural em regime de economia familiar seja reconhecida como trabalhadora rural agricultora” (CONTAG, 1985).

A partir dos anos 80, portanto, as mulheres rurais desencadeiam uma ampla e crescente dinâmica de participação política, com expressiva participação no processo de construção da nova Constituição. As reivindicações por reconhecimento como trabalhadora, pelos direitos à aposentadoria e ao salário maternidade, marcaram profundamente a trajetória das trabalhadoras rurais e sua entrada no mundo dos direitos e lutas por cidadania.

O que havia de novo não era somente a presença organizada das mulheres trabalhadoras rurais na luta por direitos sociais, mas “[...] a extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade dos trabalhadores, de renovar as antigas bandeiras de luta, de propor a construção de novos direitos” (CAPPELLIN, 1990, p.19).

As trabalhadoras rurais integraram as lutas sindicais com reivindicações próprias, trazendo novas temáticas para a plataforma sindical. Ampliaram o debate sobre a reforma agrária, seu acesso a terra e direito à titularidade; propuseram a

gestão compartilhada da unidade produtiva e o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

O que, então, reivindicavam era “[...] a revisão dos papéis sociais tradicionalmente impostos pela visão patriarcal-machista que sempre as consideraram como mães de..., esposas de..., filhas de agricultor, e não como agricultoras” (CAPPELLIN, 1990:20).

Com essa atuação as trabalhadoras rurais, revelaram as relações de poder tradicionalmente invisibilizadas pela naturalização das diferenças e questionaram as fronteiras estabelecidas entre as esferas, familiar e produtiva, entre privado e público.

No âmbito do sindicalismo rural, em 1989, criou-se a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à vice-presidência da Contag, significando um passo fundamental para o avanço da organização articulada das mulheres trabalhadoras rurais em nível nacional. Nessa época, em alguns estados e municípios, a participação e organização sindical das mulheres rurais já alcançara forte expressão, a exemplo de estados da região nordeste (Contag, 2002).

O assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande, Paraíba, em 1983, teve ampla repercussão e desencadeou ações de denúncia e protesto em todo o território nacional. De forte caráter emblemático, a figura da dirigente sindical Margarida Alves ainda nos dias de hoje estimula a organização e participação política das mulheres trabalhadoras rurais, a exemplo da Marcha das Margaridas (Contag, 2002).

A década de 90 inaugura um novo período na trajetória de lutas por participação sindical das mulheres rurais, marcado pela construção de formas organizativas próprias por meio das comissões municipais e estaduais de mulheres e pela reivindicação da participação nos cargos de direção.

O 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1991, com 8% de mulheres delegadas, revela em seus anais o propósito de investir na sindicalização e organização das mulheres desde os sindicatos à Contag e na participação nos espaços políticos e direções do movimento, por meio da estruturação do trabalho das comissões e da formação política. Interessante observar que nesse Congresso há uma ampliação da abordagem política sobre as

mulheres trabalhadoras com a inclusão da “Questão da Mulher” no tema “Participação Política nas Questões Nacionais”.

A luta contra a opressão das mulheres é focalizada pelo 5º Congresso como uma questão não só de interesse das mulheres, mas de todos que lutam por uma sociedade justa e igualitária. O compromisso de aprofundar sobre as questões das mulheres trabalhadoras rurais foi assumido com a “ [...] incorporação da análise das relações de gênero (homem/mulher) [...]”, para facilitar o entendimento das formas diferenciadas de controle do capitalismo sobre homens e mulheres e a reprodução das desigualdades (Contag, 1991).

As questões do cotidiano das trabalhadoras rurais, como as relações de opressão e as formas diferenciadas de violência contra as mulheres aparecem nos Anais do 5º Congresso como questões políticas, bem como o compromisso de superar as resistências do movimento em tratar tais questões. Como base nesse compromisso, deliberou-se pelo desenvolvimento de um plano de lutas voltado para a garantia de direitos (acesso a terra, igualdade salarial, aposentadoria, salário maternidade, creches, saúde e educação não sexista) e enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação, inclusive aquelas praticadas no interior do movimento sindical (Contag, 1991).

A iniciativa de organização das mulheres em movimentos próprios, também chamados movimentos autônomos, já era uma realidade e o 5º Congresso delibera por “ [...] reconhecer a importância e respeitar o movimento autônomo de mulheres e construir uma política de alianças, a fim de fortalecer a luta de classe e gênero” (Contag, 1991).

Em que pesem essas deliberações de congresso, a participação das mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical demandaria alguns anos de organização e luta. Tal situação é demonstrada pela composição da diretoria da Contag, na qual as mulheres ocupavam apenas cargos de suplência e nos espaços de deliberação como o Conselho Deliberativo a sua participação permanecia minoritária e de pouca expressão.

Em outros contextos o debate político sobre a participação política e sindical das mulheres não somente estava colocado, mas se fortalecera no cenário nacional. Em 1993 a Central Única dos Trabalhadores – CUT, após 10 anos de sua criação, aprovava a política de cotas, garantindo o mínimo de 30% de mulheres nos cargos

de direção, medida esta já adotada em 1991 pelo Partido dos Trabalhadores – PT (Delgado, 1996).

O contexto propício ao avanço político organizativo das mulheres rurais se traduzia no aprofundamento do debate com vistas ao seu reconhecimento e participação nos espaços de decisão e poder do movimento sindical e progressivamente ganhava força com o investimento na criação das comissões de mulheres nos estados e municípios e na participação articulada nos espaços de deliberação e congressos da categoria.

Em abril de 1995 a Contag realiza o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais com a participação de 13% de mulheres entre 2000 delegados. Neste Congresso foi aprovada a filiação da Contag à CUT e os seus anais revelam alguns avanços nos debates e deliberações relacionadas às questões das mulheres. O trabalho da mulher, tanto no âmbito doméstico, como na produção agropecuária, é ressaltado em sua importância para a economia familiar. Destaca-se a proposição de realizar campanhas de documentação como medida para o reconhecimento da mulher como trabalhadora e seu acesso a direitos sociais, principalmente previdenciários. Vale registrar, entretanto, que não há deliberações voltadas ao acesso das mulheres a políticas de apoio a produção, o que viria a se colocar somente a partir de 1998.

No tocante à participação sindical o 6º Congresso revelou uma forte contradição em relação à participação das mulheres. Por um lado deliberou sobre o fortalecimento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com regulamentação estatutária, destinação de recursos, representação no Conselho da Contag e liberação da coordenadora, o que significa a garantia de pagamento de gratificação. Por outro, deixou marcada a exclusão das mulheres do processo de discussão e negociação para composição da chapa e eleição da nova diretoria da Contag, como está registrado em Nota de Repúdio integrante dos Anais do 6º Congresso.

Queremos manifestar nosso repúdio à forma como fomos desrespeitadas, ofendidas e discriminadas em todo o processo, em função de alianças e negociações que se deram de forma fechada, desrespeitando plenárias estaduais e também o anseio da maioria deste Congresso (CONTAG, 1995).

Ao final, as mulheres conclamaram companheiros e companheiras, que compartilhavam seus sentimentos a repudiarem a chapa, segundo elas, produto de um processo “cupulista, antidemocrático e discriminatório”. Grande parte dos votos resultou em brancos e nulos, e de acordo com Raimunda de Mascena, delegada nesse congresso, (...) isso ninguém conta, porque foi uma loucura, um escândalo, como é que vai fazer isso? Essas mulheres doidas aí dentro, gritando trepada na mesa do congresso, fazendo uma manifestação contra a chapa da Contag?

Se por um lado as mulheres não alcançaram a participação na direção executiva da Contag, a força organizativa das mulheres resultou na escolha da primeira coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em reunião da comissão realizada em novembro de 1995. A coordenadora Margarida Pereira do estado de Pernambuco, tinha direito a voz e voto na diretoria executiva e no Conselho Deliberativo⁶, embora a coordenação de mulheres estivesse nesse período vinculada formalmente à Secretaria de Política e Formação Sindical, com um diretor à sua frente. A seguir um depoimento de Margarida Pereira sobre sua chegada à coordenação de mulheres.

(...) porque se chegasse todo mundo ao mesmo tempo na direção, mas imagina a gente chegar onde já tinha começado o mandato daquela direção! (...) porque eu tive assim, uma crise de perder a voz praticamente, na minha chegada na Contag, deu um branqueiro de voz (...) acabou eu ficar sem falar e eu tinha que fazer terapia e umas aulas com fonoaudióloga.
(Margarida Pereira)

Em que pesem essas limitações tratava-se de uma conquista das mulheres, que não sem dificuldades, inauguravam um novo tempo no sindicalismo rural. A partir desse período a participação das mulheres no movimento sindical não somente foi ampliada, como se fortaleceu sua organização, por meio das comissões e da realização de encontros, seminários e plenárias nacionais. No entanto, seguiram encontrando diversas barreiras no espaço sindical que passavam pela discriminação e desqualificação, pelo desempenho de tarefas auxiliares e falta de recursos para viabilizar o seu trabalho organizativo e de participação política.

⁶ Maior Instância de deliberação abaixo do congresso, composta por representantes de todas as federações de trabalhadores na agricultura presentes em todos os estados e no Distrito Federal.

De acordo com Abramovay e Silva (2000) citando o relatório da Pesquisa sobre o Diagnóstico da Organização Sindical realizado pela CUT/Contag (1998), registrou-se à época uma significativa ampliação da participação sindical das mulheres por meio das comissões municipais e estaduais, o que não teve correspondência em termos de participação nos cargos de direção. Em geral as mulheres quando chegavam à direção, ocupavam as suplências ou cargos de secretárias, com pouco poder para influir nas decisões.

Apesar do aumento de mulheres sindicalizadas e da existência daquelas que participam em algumas diretorias, são os homens que se encontram nos principais cargos de direção, obedecendo a lógica da cultura masculina, que reserva ao homem esses cargos e maior facilidade de trânsito no espaço público” (ABRAMOVAY e SILVA, 2000, p.358).

O empenho nos processos organizativos em todo o país, na mobilização e organização desde as comunidades rurais, foi desencadeado pela ação político organizativa da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Esse esforço resultou na participação articulada das mulheres 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em abril de 1998, então com mais um T de trabalhadoras em sua sigla – CNTTR, expressão do crescente protagonismo político e empoderamento das mulheres na luta por reconhecimento, visibilidade, democracia e igualdade.

A mobilização para o Congresso comprova que houve, efetivamente, um aumento da participação das mulheres sindicalizadas nas últimas décadas e estas colocam uma marca de gênero com discussões sobre o poder, sexualidade, direitos reprodutivos, trabalho, cidadania e outros temas que têm subvertido a ordem de discussão nos sindicatos, debatendo a democratização das relações e estrutura de poder (ABRAMOVAY e SILVA, 2000, p. 361).

A delegação deste Congresso com 42% de mulheres comprovou todo o investimento organizativo das trabalhadoras rurais, que participaram de todo o processo preparatório ao Congresso. Nesse processo duas “fortes questões” foram debatidas e aprovadas: a política de cotas para a participação das mulheres na direção e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS⁷, que previa em seus princípios a superação das desigualdades de gênero e uma

⁷ Aprovado pelo 7º Congresso, o PADRS veio orientar politicamente as ações do movimento sindical e, desde então, tem sido debatido e atualizado de acordo com o contexto e conjuntura social política e sindical, passando a PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

abordagem do desenvolvimento que reconhecia o papel preponderante das mulheres.

O enfoque na agricultura familiar e não mais no homem do campo, trabalhador rural ou pequeno produtor trouxe ao debate o papel da mulher e dos jovens na economia rural, bem como a dinâmica das relações estabelecidas no interior da unidade familiar de produção.

A política de cotas que previa a participação de no mínimo 30% de mulheres na diretoria executiva da Contag foi aprovada pelo 7º Congresso e três mulheres foram eleitas para assumir os seguintes cargos na diretoria executiva - coordenadora de mulheres, diretora da secretaria de políticas sociais e diretora da secretaria de formação e organização sindical.

Segundo Raimunda de Mascena, eleita à época coordenadora de mulheres, tratava-se de um cargo da direção executiva, mas era uma coordenação "... e estava na hierarquia da Contag no último lugar".

Que na Contag, até hoje tem hierarquia do primeiro ao último. Além de desafiada, mas muito assustada, como eu ia conseguir pautar de uma forma, sendo respeitada e respeitosa, o tema dentro da Contag. Porque não era fácil de jeito nenhum. Não estava dado dentro da Contag o tema das mulheres. Foi muito desafiador para mim. (Raimunda de Mascena)

As deliberações de congresso ainda estavam longe de se realizarem na prática quando se tratava da participação das mulheres nos cargos de direção e das relações estabelecidas no interior do movimento. Entretanto, com todas as restrições e dificuldades as mulheres em sua recente trajetória sindical realizaram avanços significativos operando mudanças expressivas no perfil do sindicalismo rural, como trouxeram novos sujeitos e novos temas para a agenda política. A expressão maior deste protagonismo pode ser constatada em sua plataforma política, ampliada e qualificada a cada congresso subsequente e com a realização das marchas das margaridas, a partir do ano 2000.

As mulheres trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical construíram estratégias de mobilização e participação política, e com isso conquistaram visibilidade, demonstraram sua capacidade articulatória e de construção em parceria, qualificaram sua agenda política e desencadearam processos de interlocução e negociação com o Estado. Vale ressaltar que esse processo se deu com contradições, conflitos e disputas fundadas nas desigualdades

de gênero e na forte cultura patriarcal e machista, ainda predominante no movimento sindical.

A ampliação da obrigatoriedade da cota de no mínimo 30% de mulheres às federações e sindicatos e todas as instâncias de deliberação, como o Conselho Deliberativo da Contag, espaço de poder masculino, significou um grande avanço na reconfiguração do movimento sindical. Associada a essa medida, também foi deliberada a participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação durante o 2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em outubro de 1999. Com estas conquistas as mulheres comprovavam a força da sua unidade e a disposição de encarar a batalha para fazer cumprir essas deliberações como nos relata Raimunda de Mascena.

Por conta dessa história de fazer um arrumado (...) e nós fomos questionar como é que você vai lá, diretor da Contag, dar posse (tem sentido de reconhecer a direção eleita) a uma direção que não tem cota na executiva da federação? Essa posse não vale. E aí, levar um tema desses para o debate na Contag, precisava levar em sintonia com as outras irmãs companheiras. (Raimunda de Mascena)

As mulheres bem mais fortalecidas deram um passo a mais para a sua visibilidade e reconhecimento e realizaram a Marcha das Margaridas no ano 2000, articulando e construindo parcerias com movimentos autônomos de mulheres rurais e movimentos feministas. O lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, foi traduzido em plataforma política e pauta de reivindicações ao governo federal com centralidade no acesso a terra e políticas de apoio a organização produtiva. A realização da Marcha das Margaridas em 2000 resultou em empoderamento das mulheres refletido no 8º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 2001 num clima de maior respeito às mulheres, às suas intervenções e aos temas trazidos ao debate político.

Seguiram-se ao 8º Congresso outros dois, nos anos de 2005 e 2009 e atualmente o movimento sindical se prepara para a realização do seu 11º Congresso em março de 2013, ano de comemoração dos 50 anos da Contag e no qual a aprovação da política de cotas para as mulheres completa 15 anos. Nesse período mais três marchas foram realizadas nos anos de 2003, 2007 e 2011 demonstrando a ampliação da capacidade articulatória, propositiva e de negociação das mulheres trabalhadoras rurais, agora auto identificadas como trabalhadoras do campo e da floresta.

5 – ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUIR A PARTICIPAÇÃO COM IGUALDADE

Mulher, trabalhadora rural e sindicalista, se por um lado incorpora a conotação de participação e protagonismo político, numa trajetória situada e datada, por outro deixa entrever caminhos sinuosos, um campo de instabilidades e tensões, espaços onde se reproduzem as desigualdades de gênero e o poder que nega as mulheres enquanto sujeito político e insiste em silenciá-las e submetê-las.

Tanto a categoria mulher, tradicionalmente associada aos papéis de mãe, esposa, filha, quanto a categoria sindicalista associada a imagens de luta e liderança se associam na vida das mulheres a “[...] práticas de subordinação perante os homens e as direções” (Arthur, 2003, p. 407). Nesse campo se entrelaçam os espaços público e privado numa dinâmica perversa de discriminação e exclusão assente nas assimetrias de gênero traduzidas em hierarquias que autorizam o exercício do poder e a reprodução das desigualdades (Santos, 2001; Scott, 1995).

As mulheres entrevistadas ao identificarem o que é ser mulher e sindicalista, destacam o que significa pisar o espaço sindical, e de como fazem emergir da tensão entre igualdade e diferença, as iniciativas, as estratégias para a sua visibilidade e reconhecimento, como nos fala Carmen Foro.

Então, todas nós vivenciamos isso de uma forma ou de outra e quando eu cheguei ao sindicato, aquele lugar só de homens, muito assustador ... então eu era uma menina boa que fazia o café, que arrumava as coisas e até comida às vezes eu fazia ... e fazia as atas. Então eu fui me incomodando naquele lugar e muito questionando. Porque aquilo virou um problema. E a informação que eu tinha era um boletim da CUT que falava de igualdade de oportunidades na vida e no trabalho. (...) Então nós começamos a conversar a fazer encontro de mulheres para entender porque as mulheres viviam em situação de desigualdade. Então você aprende a ser feminista, você não nasce entendendo esse ambiente. (Carmen Foro)

A iniciativa de se associar ao sindicato se apresenta como um caminho para a afirmação da identidade de mulher trabalhadora, para o seu reconhecimento e acesso aos direitos de cidadania e revela também a conquista de um espaço historicamente masculino.

Cerca de três décadas se passaram para que as mulheres conquistassem o direito de se sindicalizar, assim como não há registros de sua presença na história de resistência e lutas no campo que remontam do Brasil Colônia às Ligas Camponesas na década de 50.

A sindicalização das mulheres, a partir da década de 90 foi fortemente estimulada pelo movimento sindical, principalmente para ampliar sua base e

arrecadação financeira e garantir às mulheres a aposentadoria prevista na Constituição de 1988, o que não significava reconhecer aquele espaço como também das mulheres. Mas se a sindicalização das mulheres resultou de luta por reconhecimento e por direitos, a perspectiva da igualdade que a orientava não poderia conviver com o poder que defendia os direitos de uma categoria representada pelo “homem do campo”, “trabalhador rural”, e que reproduzia a discriminação e a exclusão das mulheres.

A tradição masculina do sindicalismo rural se situa num contexto social em que a invisibilidade das mulheres no mundo do trabalho e sindical é generalizada, e de acordo com Lobo (2011) reproduzida historicamente pelo discurso sociológico ao tratar classe social sem se referir ao sexo dos atores sociais. Mesmo com um forte aumento da força de trabalho feminina e a sindicalização das mulheres operárias, somente com o movimento social nas ruas foi possível sacudir “[...] as veneráveis estruturas da produção sociológica para que a variável sexo fosse incorporada em pesquisas e análises” (LOBO, 2011, p. 125). Estas, segundo a autora, permaneceram predominantemente sob a ótica masculina e as mulheres passaram a ser objeto de uma sociologia específica, como se o lugar da produção de onde se tratava a classe social fosse dissociado das relações sociais. Tratando-se do sindicalismo rural, em geral, os estudos não abordam a presença e participação das mulheres a não ser no caso de estudos específicos.

Os movimentos de mulheres e feministas, que se influenciaram mutuamente, no contexto de emergência das lutas sociais a partir de meados dos anos 70, traçam novos temas relacionados ao cotidiano, ao espaço privado, ao mundo reprodutivo e à superação das desigualdades. A questão da igualdade de direitos num contexto de lutas por liberdades democráticas determinou uma forte associação entre democracia e cidadania e teve seu caráter formal assegurado na Constituição de 88.

O discurso da igualdade se irradia nas instituições e organizações sociais, e na perspectiva de que saia da formalidade se traduz na proposição da “igualdade de oportunidades na vida e no trabalho”. Entretanto, essa abordagem se restringirá aos marcos da concepção liberal por não tratar as questões primeiras que estruturam as relações desiguais de gênero, quais sejam a divisão sexual do trabalho e as relações de poder, que se reproduzem na sociedade e suas instituições.

As assimetrias de gênero estruturam o poder, de modo que não é possível avançar no reconhecimento e na conquista de espaço se as mulheres permanecem fora dos cargos de direção, atuando sob a batuta masculina. A referência à categoria gênero se faz aqui em seu caráter relacional, associada a ação, a movimento e não a algo dado ou estático, e enquanto dimensão das relações sociais não se pode fazer confundi-la com as protagonistas da ação sindical aqui focalizadas.

Para efeitos deste trabalho não se trata de aprofundar o debate conceitual sobre gênero que, diga-se de passagem, se situa num campo teórico bastante complexo, da produção teórica e lutas feministas. Entretanto, trata-se de marcar a especial contribuição da construção do gênero, ao desnaturalizar o sexo, significar o poder e colocar em questão os paradigmas e construções analíticas hegemônicas que vem servindo historicamente à reprodução das desigualdades e opressão das mulheres (Scott, 1995).

A construção social do gênero não advoga simplesmente a igualdade entre os sexos, mas reconhece as diferenças entre estes como a expressão de uma convivência social mediada pela cultura. Trata-se, portanto, de não pensar isoladamente a diferença e a igualdade, para de outro modo, não reproduzir a tendência de absolutizar a cultura. Nessa perspectiva, diferença e igualdade são tomadas como partes de um todo e não haveria sentido para a igualdade, se não fosse o respeito à diferença (Saffioti, 1994).

Na perspectiva de avançar para além do discurso da igualdade, já assimilado pelo sindicalismo, e dar materialidade ao reconhecimento da mulher trabalhadora, assegurando seu espaço no movimento sindical rural, deflagrou-se uma ampla luta no campo das chamadas “ações afirmativas”, especialmente, pela adoção da política de cotas. Essa iniciativa se deu na esteira da aprovação dessa política no âmbito do Partido dos Trabalhadores e da CUT, em 1991 e 1993, respectivamente, após um longo período de intensos debates (Delgado, 1996).

A política de cotas integra as ações afirmativas, também conhecidas como ações positivas ou medidas pró-ativas, e foram adotadas pelos movimentos de mulheres como estratégia para avançar na conquista da igualdade de oportunidades, enfrentando questões relacionadas à democracia, igualdade e direitos nas quais se identifica a discriminação e exclusão histórica das mulheres. Desse modo contrapõe-se a uma visão de igualdade formal estritamente fundada na

definição de direitos e deveres iguais, independente das condições e relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres (Godinho, 1996).

Originadas na década de 60 nos Estados Unidos, as políticas de ação afirmativa tinham como objetivo corrigir as desigualdades sócio-econômicas de gênero e étnico-raciais em função de discriminação social. A princípio tratava-se de medidas de caráter temporário, mas em muitos casos tornaram-se normas estatutárias, como é o caso de algumas instituições e organizações sociais que adotaram essa política no Brasil, a exemplo de partidos políticos e organizações sindicais.

No movimento sindical rural a política de cotas foi aprovada em 1998 para a sua aplicação na composição da diretoria executiva da Contag na forma de garantia de no mínimo 30% de mulheres. Posteriormente, em 1999, a medida foi estendida às direções das federações e sindicatos e às instâncias de deliberação. No caso dos eventos e cursos de formação a deliberação foi de 50% de mulheres.

A adoção da política de cotas pela Contag, federações e sindicatos, como já dito anteriormente, significou uma conquista da organização das mulheres e não somente possibilitou a sua participação efetiva como a reconfiguração do perfil do movimento sindical em sua plataforma política, bandeiras de luta e práticas organizativas.

Atualmente é consenso entre as mulheres a importância da política de cotas para a garantia da sua participação nos cargos de direção do movimento sindical, o que é confirmado pelo conjunto das diretoras entrevistadas que atribuem sua condição de diretora à adoção da cota de participação, como a seguir.

Eu acredito que um dos fatos, uma das oportunidades que me deu de estar hoje representando meu estado, meu município, minha comunidade, foi a inserção das cotas. Por mais que a gente seja hoje maioria no mundo, mas ainda somos a minoria em cargos representativos. (Diretora Estadual)
 (...) Então lá a gente não perdeu de vista a conquista da cota, mas é uma coisa muito permanente e que é necessário, que é um instrumento que garante realmente as mulheres estar nos espaços. (Diretora Estadual)
 (...) Se não fossem as cotas, se não tivesse essa obrigação que foi definida em congresso eu tinha certeza que a nossa federação era toda masculina, toda masculina. (Diretora Estadual)

O consenso entre as mulheres da necessidade e importância da política de cotas deixa entrever que esta se constrói num campo de tensão entre igualdade e diferença, no qual se articulam as dimensões individual e coletiva, e onde tem lugar a emergência da identidade coletiva e política de mulher trabalhadora rural. Algumas

entrevistadas revelam que a princípio não atribuíam sua participação na direção sindical à política de cotas, mas ao fato de pertencerem à categoria de trabalhadores rurais e à sua capacidade individual.

Hoje eu sempre digo que eu cheguei no movimento sindical num momento bom, que já tinha aprovado a cota que é uma grande estratégia. Eu sempre dizia que tinha ido pro sindicato, que não era pela cota, mas um dia eu descobri que era... e me senti mais fortalecida, como mulher, como trabalhadora. (Diretora estadual)

Na dinâmica das tensões para fazer valer sua participação, as mulheres descobrem a importância das cotas, como uma afirmação da diferença no contexto de luta por igualdade, com suas bandeiras de luta disputando um lugar no conjunto da plataforma política do movimento sindical. Nesse contexto igualdade e diferença, grupo e indivíduos, antes de se constituírem em opostos se apresentam em permanente tensão, assim como nos explica Scott (2005), como um paradoxo a que ela chamou “enigma da igualdade”.

A ação afirmativa foi já em sua articulação inicial uma política paradoxal. Visando a acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como a abraçou. Visando a tornar a identidade de grupo irrelevante no tratamento com os indivíduos, ela reificou a identidade de grupo. Não havia outra escolha (SCOTT, 2005, p. 23).

Contrariando os princípios liberais de igualdade, ainda que em sua origem assentada sobre eles, as políticas afirmativas acabam por reconhecer que os indivíduos não são iguais na sociedade, não apenas como indivíduos, mas como grupos que guardam distinções categóricas que resultam em identidades de grupo. De acordo com Scott (2005, p. 14) as tensões entre igualdade e diferença longe de serem abordadas como “escolhas morais e éticas intemporais” devem ser devidamente contextualizadas para que se apreendam suas incorporações políticas específicas.

Nessa linha de discussão podemos encontrar em MATOS (2007, p. 465) uma referência à “[...] lógica complexa e complementar entre demandas de redistribuição e de reconhecimento [...]” que estão na base das ações afirmativas. A referida autora orienta essa discussão a partir da construção teórica de Nancy Fraser que traz em seu paradigma bidimensional de justiça social a articulação entre redistribuição e reconhecimento, que enseja a perspectiva de novas identidades e o que chama “pluralismo democrático”.

Para Santos (2003, p. 61) práticas diversas de opressão ou de dominação geram “[...] diferentes formas de resistência, de mobilização, de subjetividade [...]” em processos nos quais se constroem identidades coletivas e noções diferenciadas de justiça. Essas diferentes formas de resistência, mobilização e subjetividade são lutas emancipatórias, que engendram a ampliação de círculos de reciprocidade num campo de tensões entre igualdade e diferença, entre “[...] exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição.” (SANTOS, 2003, p. 61).

No contexto das lutas contra a exclusão, por reconhecimento e direitos, pelo acesso a recursos materiais e simbólicos, as mulheres trabalhadoras rurais ampliaram sua capacidade de resistência e desenvolveram um conjunto de estratégias para fazer valer seu protagonismo na defesa de sua plataforma política. A aprovação da política de cotas resulta desse investimento estratégico, mas a efetivação dos seus objetivos depende de um conjunto de estratégias complementares que dão sustentação política e fortalecem as mulheres no exercício político sindical, dentre as quais se destaca a formação política.

A cota é a porta de entrada. (...) É a cota acompanhada de várias ações que vem fortalecendo a nossa presença, que vem fazendo uma crítica, uma reflexão profunda sobre essa ação das desigualdades e isso vai aumentando o nosso nível de consciência para um pouco ter uma presença política não esvaziada de conteúdo e de plataforma mais ampla e estratégica no conjunto das mulheres.

(...) A principal estratégia que as mulheres rurais da Contag tiveram foi investir na organização política. Porque sem ela nós não tínhamos chegado a lugar nenhum. Investimentos nas organizações de base, nas comissões municipais, nas comissões estaduais, na formação política. Eu acho que ela foi ao longo desses anos primordial, sem ela nós não conseguiríamos ter organização para construir uma plataforma política que dialoga com a nossa organização, mas dialoga com políticas públicas que dão condição de qualidade de crítica política. (Carmen Foro)

De fato, a adoção das ações afirmativas pelo movimento sindical com a aprovação da política de cotas em 1998, durante o 7º Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, foi precedida por uma ampla mobilização e um trabalho organizativo e articulado das mulheres desde as comunidades, passando pelos sindicatos e federações, possibilitado pelo trabalho articulado da Coordenação de Mulheres (que a partir do 9º Congresso se tornaria uma secretaria na direção da Contag) e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais⁸.

⁸ Comissão composta por representantes de todos os estados, coordenadoras estaduais de mulheres.

As trabalhadoras rurais, para conquistarem lugar e exercerem seu mandato político num espaço tradicionalmente masculino, tiveram que construir espaços próprios no qual podiam se expressar livremente e se prepararem para os embates que as aguardavam no espaço misto. As comissões de mulheres representaram esse lugar, como um “porto seguro”, e atividades específicas de mulheres como encontros, seminários, plenárias e cursos de formação política compuseram um conjunto articulado de ações estratégicas, para fazer valer a diferença na luta pela igualdade, e a igualdade no reconhecimento á diferença.

Só que a gente tinha um lugar seguro. Nossas reuniões tinham uns momentos de diálogos que eles eram nossos. Porta fechada, porque eram nossos. (...) Porque assim, aí eu concluo a história do que é que a gente tinha naquela época...que nós éramos um movimento de mulheres no movimento misto, era uma organização se organizando dentro de uma organização. (...) E assim, discutir a nossa identidade, enquanto mulher, enquanto mulher camponesa, mulheres que estavam chegando na direção, e todo um cuidado de como é que a gente ia ter fortaleza dentro desse espaço sindical, nesse mundo masculino, como é que a gente ia estar pautando as coisas das mulheres sem perder a identidade de mulheres e sem negociar coisas que para nós eram inegociáveis. (Raimunda de Mascena)

Raimunda de Mascena nos fala de um contexto de aproximadamente 14 anos atrás, mas que na cronologia política e na prática sindical das mulheres guarda toda a atualidade ao revelar nas dinâmicas relacionais, a força da construção identitária como estratégia de afirmação num ambiente de hostilidade, desqualificação e reprodução das desigualdades. A estratégia de se fortalecerem num espaço próprio, de formação, debate e formulação política resultou na ampliação da capacidade de mobilização, articulação, proposição e atuação política das mulheres revelando maior complexidade, que pode ser comprovada na sua plataforma política e na sua forte expressão identitária.

(...) É uma coisa assim que a plataforma ela tem raiz, a gente não bota só prá ficar bonito na fita, mas ela vem de um lugar, de mobilização, de visibilidade das mulheres, que as mulheres querem que tornem visíveis esse assunto, essa pauta, esse trabalho. E a gente paga um preço muito alto por isso, porque a gente não abre mão daquilo que a gente quer ver cumprido. (Diretora Estadual)

(...) ela (referindo-se à plataforma) tem uma base feminista, alguns podem não reconhecer, mas eu tenho absoluta certeza que tem. Ela tem uma base classista e ela tem a sua perspectiva estrutural colocada de uma visão mais ampla do que a gente acredita enquanto modelo de desenvolvimento. (Carmen Foro)

As mudanças operadas na vida política sindical das mulheres rurais refletem as mudanças nos contextos sócio-históricos, especialmente no meio rural,

como nos deslocamentos nas fronteiras rural/urbano, nas mobilidades identitárias e reconfigurações nas relações de poder, e não podem ser compreendidas de forma dissociada dessas.

Um processo de mudanças progressivas se intensifica nos anos 90, favorecido pelas lutas democráticas, quando as mulheres rurais ampliam suas formas organizativas, tanto no âmbito dos chamados movimentos mistos, como nos movimentos autônomos.

As trabalhadoras rurais ampliaram suas plataformas de luta, aprofundando questões de segmentos específicos como das mulheres extrativistas, pescadoras, quilombolas, quebradeiras de coco, assentadas, agricultoras familiares e outras, numa diversidade de situações e identidades, que lhes impôs o desafio de criar práticas articulatórias para a construção da unidade. Desse modo, as lutas das mulheres rurais travadas a partir de diversos espaços – doméstico/familiar, movimentos mistos e autônomos, e nas arenas de participação política e social, como aquelas instituídas pelo Estado - se complexificaram no enfrentamento à cultura patriarcal machista, na defesa de direitos sociais e de cidadania.

Nesse contexto, a Marcha das Margaridas, realizada primeiramente no ano 2000, se coloca como uma grande estratégia articulatória e organizativa das mulheres trabalhadoras rurais, construída em parceria, num amplo processo de diálogo e construção política com movimentos autônomos, feministas, centrais sindicais e organizações internacionais.

A Marcha foi uma estratégia muito bem pensada e repensada para poder nos dar força enquanto mulheres dentro da Contag. Porque só a força nossa, das mulheres que estavam nas direções das federações, poucas que vinham para o Conselho, as três aqui na executiva da Contag, a gente não tinha força suficiente para pautar as coisas e ser respeitadas pelos homens. (Raimunda de Mascena)

Com o lema *“Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”*, mesmo lema adotado à época pela Marcha Mundial das Mulheres, sinal de ação articulatória, a Marcha das Margaridas realizada no ano 2000 mobilizou milhares de mulheres em todo o país para denunciar a situação de pobreza e exclusão agravada pelo modelo neoliberal e apresentar ao governo federal uma pauta de reivindicações. A denominação Marcha das Margaridas, que se consolida em seu caráter identitário e simbólico, representa as lutas das mulheres trabalhadoras rurais, e um legado e

deferência à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 no estado da Paraíba, por defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Enquanto a Marcha de 2000 teve forte caráter de denúncia do modelo neoliberal, as marchas seguintes, nos anos 2003, 2007 e 2011, revelaram em sua plataforma e pautas de reivindicação, o contexto político favorável ao diálogo entre movimentos sociais e o governo federal. A manifestação maior desse diferencial está na crescente participação das mulheres em mesas de diálogos e negociação com o Estado, poderes executivo e legislativo, e de forma mais permanente nas arenas de participação, debate, concepção e gestão de políticas públicas como conselhos, comitês, conferências e fóruns, expressando a forte articulação entre democracia participativa e o exercício da cidadania política e social.

(...) nós damos mais ou menos o encaminhamento do que resolveria nossos problemas e os governos se apropriem disso (...) e nós queremos que eles se apropriem mesmo e transformem numa política pública. Mas até fazer todo aquele estudo nos ministérios e transformar aquilo e aprovar (...) e quando é para aprovar uma política pública que tem a ver com a reforma agrária, com agricultura familiar, tem pouca gente defendendo isso e tem lá no Congresso uma bancada forte do latifúndio, do agronegócio. (Diretora Estadual)

No processo de construção da Marcha das Margaridas de 2007 as mulheres passaram a se autodenominar trabalhadoras do campo e da floresta, a partir de um processo intenso de debates e de construção identitária, na perspectiva de garantir o pertencimento, a inclusão e representatividade das mulheres extrativistas e das florestas. Certamente, esse processo guardou tensões próprias às mobilidades identitárias, principalmente por deslocar a identidade de mulher trabalhadora rural, de certa forma consolidada no âmbito do movimento sindical.

A Marcha das Margaridas 2011 ampliada em termos de articulação e parceria, em seu processo de construção abraçou o desafio de incluir, nomear a diversidade e ao mesmo tempo ser capaz de construir uma plataforma e pautas unificadas. Trata-se de um processo no qual sempre está colocado o risco de exclusão, de comprometimento de dimensões da pluralidade de situações e posições identitárias, como é o caso das mulheres indígenas, pescadoras, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Por outro lado, reside no diálogo dessa diversidade o grande diferencial da Marcha das Margaridas enquanto ação promovida pelas mulheres do movimento sindical rural.

(...) a diversidade de pensamento é que dá uma qualidade muito grande. Eu costumo dizer que a marcha é bonita porque tem uma diversidade de entidades, de cores, de pensamentos, de ideias. (Margarida Pereira)

Encontramos em Chantal Mouffe (1999) uma especial contribuição para compreendermos esses deslocamentos e dinâmicas relacionais ao focalizar o que chama de “desconstrução das identidades essenciais” e uma política feminista que, ao invés de contemplar as mulheres como um todo homogêneo e coerente, as tenham na condição de múltiplas “posições de sujeito”, o que enseja múltiplas relações de subordinação e de poder, contra uma fonte única de ação (Mouffe, 1999, p. 31).

Para Mouffe (1999) essa perspectiva, antes de resultar em fragmentação comprometedora das lutas democráticas e dos princípios de igualdade e liberdade, os fortalece num campo de articulações de várias formações discursivas de modo a possibilitar uma cadeia de equivalências entre diferentes lutas e reivindicações. Portanto não se trata de vínculos a priori, mas de construir articulações como “[...] vínculos históricos, contingentes e variáveis entre diferentes posições de sujeitos” (MOUFFE, 1999, p. 33), num campo diverso, instável e mutável, dado pela capacidade objetiva de construir articulações e movimentar fronteiras.

Os elementos que Mouffe nos apresenta se situam numa vasta e complexa discussão sobre o processo de redefinição das identidades coletivas e o estabelecimento de novas fronteiras políticas que se estabelece nas últimas décadas. Esse debate integra o projeto político defendido por Mouffe a partir do desafio do multiculturalismo denominado *democracia radical* e no qual articula identidade e cidadania.

As relações sociais no âmbito do movimento sindical, como focalizadas nesta pesquisa, são construídas pelas mulheres numa perspectiva emancipatória e se desenvolvem no interior das relações de poder “[...] não como o resultado automático de uma qualquer contradição essencial, mas como resultados criativos de contradições criadas e criativas” (SANTOS, 2001, p. 269).

Na perspectiva emancipatória, a participação das mulheres na direção do movimento deve se traduzir no exercício da sua autonomia política legitimada pela interação e diálogo permanentes com as companheiras e companheiros da categoria e na liberdade para propor e agir.

Então isso aí é uma das coisas, a de estar nos cargos. Não adianta também a gente falar, falar de toda essa emancipação e tal se nós também não

ocuparmos os cargos, se a gente for sempre depender de alguém que diga o que nós queremos dizer. (Diretora Estadual)

Tal perspectiva nos coloca a necessária reflexão sobre o que é o poder, como se manifesta e como conviver com ele e enfrentá-lo. O poder como tratado por Santos (2001) não é uniforme e emanado de uma única fonte, mas são poderes que se apresentam produzidos e reproduzidos na sociedade em combinações diferenciadas e específicas, em cadeias, em sequências ou em constelações, num campo complexo de relações. Portanto, dessa perspectiva a garantia da política de cotas para mulheres no movimento sindical não somente resultam em novos arranjos no poder, como abre novas possibilidades de relação, no próprio campo das mulheres, como com as mulheres jovens, da terceira idade, negras, de comunidades tradicionais, revelando múltiplas possibilidades de arranjos.

Enfrentar e conviver com o poder masculino requer o exercício de estratégias cotidianas que se traduzem em formas diferenciadas de interação, pois o enfrentamento direto raramente é a melhor alternativa, cabendo o recurso ao diálogo e à negociação. E o poder se exerce de diferentes formas que contém estratégias próprias para se afirmar e impedir a ação política das mulheres de forma autônoma.

Santos (2001) desenvolve sua formulação sobre o poder a partir da concepção de Foucault e da produção teórica feminista ao tratar as múltiplas faces da opressão que articula poder sexista com outras formas fundadas especialmente na classe, raça/etnia, geração, nacionalidade.

[...] poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual. As trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a ação e a vida, os projetos e as trajetórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses. (SANTOS, 2001, p. 266-267)

Assim, retornamos ao campo de tensões entre igualdade e diferença, entre distribuição e reconhecimento no qual estão em disputa recursos materiais e simbólicos, um campo no qual é necessário identificar como as relações de poder e as relações emancipatórias se reproduzem e se constroem em suas estruturas e hierarquias específicas.

Sabe as vezes eu fico pensando que nós conseguimos ter uma organização política por dentro movimento sindical que é a Marcha das Margaridas. Tão forte que ela precisava ser vista como uma organização das mulheres

dentro desse movimento, mas às vezes há um tensionamento permanente que é de invisibilizar essa força que nós temos por dentro. (Carmen Foro)

Para compreendermos essa dinâmica do poder como constelações de poderes, que reproduzem a desigualdade na vida das mulheres, buscamos as raízes da opressão no patriarcado, que de acordo com a definição de Delphy, encontrada em Hirata et Al (2009),.

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres (HIRATA, et, Al, 2009, p. 173).

O poder patriarcal tem como lugar privilegiado de exercício o espaço doméstico onde se impõe a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a reprodução social das mulheres. No entanto, o poder patriarcal se reproduz nas diversas constelações de poder na sociedade capitalista, seja nos espaços da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e no espaço mundial (Santos, 2001, p. 285). Traduzido para o movimento sindical, de acordo com uma das entrevistadas, diretora estadual, “ (...) a opressão das mulheres começa no espaço doméstico, se amplia para a sociedade e se estende e se reproduz no movimento sindical”.

Somente da perspectiva da relação do patriarcado como forma de poder combinada com outras formas estruturais de poder pode-se compreender a situação de opressão, discriminação e exploração econômica, social e política das mulheres. E a análise da perspectiva de gênero nos possibilita compreender a dinâmica dessas relações num dado contexto social.

As lutas que as mulheres vem protagonizando nos diversos espaços para enfrentar as diferentes formas de opressão e conquistar autonomia, justiça, igualdade e liberdade são lutas emancipatórias, que ensejam a reinvenção de formas organizativas, de estratégias de participação e novas relações sociais, para que se rompam as estruturas patriarcais, e se construa a democracia e a cidadania integral.

6 – QUE DEMOCRACIA? “TENSIONAR PARA CONSTRUIR”

Ao longo das três últimas décadas, as mulheres rurais construíram uma trajetória de participação, visibilidade e luta contra as desigualdades, por reconhecimento social, por direitos civis, sociais e políticos, o que significa uma demanda por cidadania integral. Essa trajetória recente de participação das mulheres rurais se insere num processo histórico, situado e datado, de emergência de movimentos sociais em torno de demandas diferenciadas, nem sempre convergentes, que revelam a expansão da perspectiva democrática e o caráter multidimensional da cidadania (Matos, 2007).

O protagonismo político social das mulheres rurais se constrói, portanto, a partir de um contexto favorável à conquista da cidadania integral e ativa, à construção de novas identidades coletivas e novos espaços de prática democrática. De acordo com Avritzer e Santos (2003) os novos movimentos sociais que emergiram no contexto das lutas democráticas dos anos 80 desencadearam lutas de caráter emancipatório, com práticas de re-invenção da democracia, que representam as bases para a “ampliação do cânone democrático”.

A democracia reinventada pelos movimentos sociais questionou profundamente a institucionalidade política e não apenas ampliou a noção de direitos, mas para além da democratização do regime político, propôs a ampla democratização da sociedade. Nessa perspectiva se colocou a necessária transformação das práticas culturais que reproduzem as relações sociais de desigualdade e exclusão (Dagnino, 2000:84).

Situa-se nesse campo as lutas contra o sexismo e as discriminações fundadas nas assimetrias de gênero, que integram a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna que universaliza e naturaliza as diferenças. Contra essa lógica os estudos e movimentos feministas, com seu exercício de crítica à modernidade, não somente expuseram a dominação patriarcal, como tornaram de longo alcance as mobilizações e lutas emancipatórias. Na busca de transformarem as relações sociais no seu cotidiano, essas lutas e mobilizações deram lugar ao que se tem chamado nova cidadania (Santos, 1997).

As conquistas das mulheres no campo dos direitos civis, sociais e políticos representam sim a ampliação da democracia, mas não são irreversíveis e

tampouco plenamente realizadas, conduzindo, por isso, a novas lutas democráticas e novas formas de exercício da cidadania (Santos, 1997, p. 263).

Democracia e cidadania estão, portanto, dinamicamente interligadas, principalmente da perspectiva das lutas emancipatórias, por reconhecimento e distribuição, que implicam na sua ampliação simultânea, ou seja, para que a cidadania se faça de forma integral e ativa é necessário que a democracia se amplie, e vice-versa, como nos termos “democratizar a democracia” (Matos, 2009; Avritzer e Santos, 2003).

A interligação e simultaneidade entre democracia e cidadania favorece a compreensão da dinâmica e significado das lutas sociais, e no caso deste estudo, da organização e luta das mulheres rurais. No entanto, é preciso destacar que se trata de conceitos distintos e embora “[...] guardem nexos estreitos entre si, recobrem amplitudes diferentes da vida social” (MATOS, 2009, p. 21).

As lutas por democracia e cidadania, especialmente aquelas protagonizadas pelos movimentos de mulheres e feministas, trouxeram o necessário reconhecimento da dimensão das desigualdades fundadas nas diferenças sexuais e de gênero e cobrem um amplo espectro de concepções, bandeiras de lutas, conquistas e desafios. Emergem da esfera privada, reservada às diferenças culturais, expondo a lógica do poder patriarcal que se manifesta na reprodução da divisão sexual do trabalho e em diversas formas de opressão e subordinação.

Resulta dessa lógica a invisibilidade em que foram colocadas as mulheres rurais e sua histórica exclusão social e política, que no âmbito das lutas feministas se traduziu, especialmente, na afirmação do caráter político da esfera privada e do âmbito pessoal, expresso no slogan “o pessoal é político”.

As noções de político e política são reconfiguradas no contexto das lutas emancipatórias, sociais e feministas. De acordo com Mouffe (1999) o político se revela em múltiplas formas de expressão de antagonismos que se fazem presentes nas relações sociais e nas diversas formas de opressão às mulheres. A política, por seu turno, cuida de estabelecer “[...] uma ordem, organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituosas porque atravessadas pelo político” (MOUFFE, 1999, p. 270).

Nessa perspectiva a relação entre o político e a política na contemporaneidade se manifesta nos desafios da cidadania justa e inclusiva, de que nos fala Matos

(2009), e enseja um campo vasto e complexo de dimensões da cidadania ao qual correspondem diferentes subjetividades, num “mosaico identitário”. As tensões entre o individual e o coletivo, entre diferença e igualdade se situam nesse campo “[...] atravessadas por dimensões múltiplas⁹ que são acionadas, contingencialmente, por necessidades políticas” (MATOS, 2009, p. 24)

As chamadas ações afirmativas, como um conjunto de estratégias para vencer a exclusão das mulheres dos espaços de participação evidenciam, por um lado, a aceitação da diferença que as justificam e, por outro, rejeita essa diferença, que resulta de histórica discriminação (Matos, 2007, p. 465 - 476), ao que Scott (2005) chamou “enigma da igualdade”. Com essa abordagem a aplicação da política de cotas para mulheres revela a um só tempo conquista de espaço, reconhecimento e participação política, como também a existência de desigualdades e restrições à sua participação. Ainda assim, o exercício político das trabalhadoras rurais, com todos os obstáculos, traz substantivas mudanças na configuração da política sindical.

A trajetória recente de participação sindical das mulheres questiona a democracia no espaço sindical e reivindica a ampliação da cidadania para além de valores formais, de modo a abranger valores existenciais, humanos, relacionados ao caráter multidimensional de que nos fala Matos (2009). Revela resistências e enfrentamento às desigualdades, às relações de poder restritivas à sua participação, indicando um campo de tensões permanente, que se manifesta em diferentes e diversas práticas relatadas pelas mulheres entrevistadas.

Ao narrarem aspectos da sua vida sindical que integram dimensões subjetivas, materiais e simbólicas, as mulheres revelam que a experiência não fala por si, ela é uma interpretação ao mesmo tempo em que precisa de interpretação (Scott, 1999, p, 48). Nessa perspectiva entende-se a necessidade de significar os atos de poder vivenciados para que possam melhor ser enfrentados e transformados nos marcos de uma “nova gramática democrática” que acolha as mulheres em suas lutas emancipatórias e lhes assegure o exercício da sua cidadania social e política.

Nós tivemos a cota aprovada, mas assim, por um bom tempo a cota foi aprovada e ela voltava como debate de reprovação. Ela foi aprovada no congresso de 98, mas ela voltava, como deboche... E agora? Vocês

⁹ De acordo com a autora são multidimensões da cidadania, gênero, raça/etnia, geração, diversidade de orientação sexual, além dos clássicos território e classe social (MATOS, 2009, p. 24).

aprovaram 30%, e cadê essas mulheres com condição e capacidade? (Raimunda de Mascena)

Se a gente avaliar tudo o que outras companheiras passaram para iniciar, para entrar pra dentro, porque antes era fechado totalmente e não queriam deixar nós entrar, mas avaliando hoje mesmo, ainda é muito difícil. Muita coisa ainda é mascarada. Hoje apresenta que existe a igualdade e isso não é só dentro do nosso movimento é na sociedade em geral, mas não é bem assim. (Diretora Estadual)

Os depoimentos acima revelam a resistência masculina à presença das mulheres no espaço sindical e o nível de constrangimento a elas imposto na forma de questionamentos à sua condição e capacidade para assumir cargos de direção, o que tem sido recorrente na experiência de participação política das mulheres.

As posições que se prestam a combater a política de cotas e restringir a participação das mulheres nos cargos de direção utilizam o argumento da competência das mulheres, tanto no sentido de afirmá-la e nesse caso não justificar a adoção da cota, quanto no sentido de negá-la, o que resultaria num enfraquecimento político da organização, se dirigida por mulheres.

E nós estamos sendo ameaçadas constantemente, constantemente das cotas. Porque os homens agora vieram com uma ideia assim dizendo que a cota não é necessária, que as mulheres estão lá por competência (Diretora Estadual).

Há outros argumentos que buscam esvaziar politicamente a adoção da cota e desqualificá-la como medida para corrigir as desigualdades no acesso ao poder. Ora a proposta é considerada paternalista, meramente administrativa ou ainda uma arbitrariedade numérica que não condiz com os princípios da democracia e só faz fortalecer a discriminação às mulheres.

Na contra mão desse argumento não é demais reproduzir aqui um dos imperativos interculturais que expressa a tensão entre igualdade e diferença “ [...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (NUNES e SANTOS, 2003, p, 56).

A democracia e a igualdade integram a linguagem hegemônica no movimento sindical, registradas em documentos, publicações, nos discursos políticos e nas deliberações e avançaram no sentido de registrar a necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero na perspectiva de construir o projeto alternativo que defende. Entretanto é comum as práticas não expressarem o que compõe o discurso e as deliberações de congresso, de modo que o discurso acaba

por mascarar as diversas formas de opressão e discriminação reproduzidas no cotidiano sindical em relação às mulheres.

É feio detonar as mulheres em público, mas as mulheres continuam sendo detonadas nos bastidores, (...) as mulheres continuam sendo detonadas na sua condição de participação, que não é igual, detonadas na sua pouca experiência aqui dentro, e questionada na sua qualidade e competência. (...) Então, eu posso dizer que a experiência aqui é uma experiência muito dura, muito dura que trata da nossa visibilidade, da disputa das coisas que parece que não importam tanto, mas importam muito. (Carmen Foro)

As práticas contradizem de diversas formas o discurso da democracia e da igualdade, como ao negar ou restringir o acesso aos recursos materiais, não materiais e simbólicos, essenciais para que as mulheres possam exercer sua função, realizar as ações previstas em sua agenda de trabalho, que é também uma agenda da organização sindical. Nas relações de poder há um profundo entrelaçamento entre a desigualdade material e não material, principalmente quando se trata do desenvolvimento de “capacidades representacionais/comunicativas e expressivas, “[...] de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas” (SANTOS, 2001, p. 267).

O que se apresenta de modo recorrente nas entrevistas quando se trata do cotidiano e das relações estabelecidas no movimento sindical são atos de poder exercidos de maneiras diferenciadas, que invariavelmente utilizam argumentos objetivos relacionados à operacionalidade das ações pelas mulheres com o intuito não apenas de restringir a ação. Na verdade o alvo é as mulheres em seu protagonismo político e o objetivo é negá-lo, impedi-lo, esvaziar seu conteúdo político e desqualificar as mulheres, o que uma das entrevistadas chamou de “violência política”.

(...) um dos principais desafios que nós temos que enfrentar é a questão da violência, dentro do próprio movimento, porque uma coisa é nos termos avançado e termos tido muitas conquistas, mas não chegou aos espaços que nós estamos ainda (...) é você saber que o espaço é seu, que você vai assumir, mas não ter igualdade no mesmo espaço.

(...) Quando há uma possibilidade de você fazer algo e que alguém tenta tirar você daquele rumo dizendo prá você algumas dificuldades que na verdade só existem para aquele grupo oposto, não para você e seu grupo, é um tipo de violência muito grave. Por que? Te deixa fraca, te deixa vulnerável, você começa a pensar que você não é capaz.. Então isso no movimento sindical é o mais atual, é o que mais acontece. (...) Eu sinto isso o tempo todo na federação. É uma violência política, ela é uma violência que eu até acho que ela acaba refletindo para o movimento no geral. (Diretora Estadual).

A entrevistada refere-se a um conjunto de atitudes, de modos de se relacionar no movimento sindical, e por meio de vários exemplos revela que variam de atitudes um tanto veladas a formas diretas de desqualificar a presença e atuação das mulheres no espaço sindical, ao que chamou “violência política”. A forma recorrente como aparecem nas entrevistas e como são generalizados para todos os espaços do movimento sindical, seja Contag, Federações e Sindicatos, sugere a existência e reprodução de uma “cultura política”.

Matos (2009) nos fala de uma cultura política na contra mão das dimensões emancipatórias e da realização da cidadania política e social. Profundamente enraizada na sociedade, desde há muito concorre para os processos históricos de exclusão social, de regulação da cidadania pelo Estado, constituindo obstáculos à mobilização e participação popular. Os elementos constitutivos dessa cultura política, ainda presentes na sociedade, guardam “[...] em comum o fato de serem elementos da esfera privada que, transpostos ao público, construíram constrangimentos e limitações evidentes à conquista da cidadania em nosso país” (MATOS, 2009, p. 20).

A relação entre público e privado está na base dessa cultura política, e compõe a lógica das assimetrias de gênero, guardando correspondência com outros tantos dualismos como produtivo x reprodutivo, racional x emocional, que não somente foram universalizados, como as diferenças que representam foram naturalizadas e reificadas. Assim, público e privado, embora sejam esferas distintas, são inseparáveis, e na dinâmica social só podem ser compreendidos se tomados em sua relação. A esfera pública historicamente está associada à ideia de contrato social, de liberdade, e a esfera privada à ideia de contrato sexual, de sujeição, correspondendo ao espaço do masculino e feminino, respectivamente.

Saffioti (2004), citando Carole Pateman, trata de demonstrar que ambos os contratos, social e sexual, estão assentes no contrato original, fonte do direito patriarcal, de caráter masculino, que cria tanto a liberdade quanto a dominação, cujo objeto é a mulher. A dominação e a sujeição aí produzidas se reproduzem nas diferentes esferas como poder patriarcal (SAFFIOTI, 2004, p.53).

Nessa perspectiva o patriarcado configura uma relação civil que historicamente vem assegurando o direito sexual dos homens sobre as mulheres; configura uma relação hierárquica que se reproduz em todos os âmbitos da

sociedade; “[...] tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

O debate teórico conceitual em torno das interpretações da relação entre público e privado, principalmente daquelas operadas pela teoria liberal onde encontra ancoragem os limites à ampliação da cidadania, tem sido desenvolvido pela crítica feminista no sentido de quebrar essa dicotomia e demonstrar que o pessoal é, sim, político (Matos, 2009).

No campo das lutas sociais essa relação é profundamente questionada e as fronteiras entre público e privado se mesclam, por força de uma tensão entre cidadania e subjetividade, fazendo emergir novas identidades que esvaziam a figura do cidadão liberal, circunscrito à esfera pública, ao campo da política, onde não cabem diferenças de sexo, sexualidades, raças e etnias. Entretanto, os espaços de participação e representação, como o sindical, carregam e reproduzem em sua cultura política, elementos estruturantes da esfera privada e do poder patriarcal, como a divisão sexual do trabalho e a opressão e sujeição da mulher.

É como se a gente entrasse para ajudar, segue aquela mesma coisa do patriarcado, como que as mulheres são só ajuda... como, por exemplo, nas atividades econômicas, que consideram que as mulheres só ajudam os homens como se elas não trabalhassem. (Diretora Estadual)

(...) Mistura como se fosse coisa particular. Ali a questão política vira questão particular e você não pode adentrar na vida íntima. No sindicato, parece que está tendo uma transferência da cozinha, do espaço doméstico, de casa para o sindicato. Está sendo feita uma transferência, de mulheres saindo daqui e vão pra cá para fazer determinadas coisas. (Diretora Estadual)

A divisão do trabalho é mais forte, reproduzida dentro do movimento sindical, que nós somos combatedoras disso. (...) É como se tivesse tarefas que fossem próprias das mulheres e outras próprias dos homens. (Diretora Estadual)

Ainda acontece isso geral (...) eu ouvi depoimentos que as mulheres estão varrendo sindicato, lavando as louças e fazendo a comida e alguns conservadores sindicais, que não são poucos, gritando com as mulheres dentro do sindicato e não dando as condições mínimas de trabalho. (Carmen Foro)

Por força das alterações estatutárias aprovadas em congresso a maioria das entidades sindicais, não somente passaram a adotar a cota mínima de mulheres nos cargos de direção, como criaram secretarias de mulheres trabalhadoras rurais. Pois bem, há muitos sindicatos que não cumprem as deliberações e ainda estruturam sua direção em basicamente três cargos, presidente, tesoureiro e secretário. Nestes, mas não somente, alguns dirigentes vêm se perpetuando na direção, e ainda há os

casos em que a direção é ocupada por membros de uma mesma família, que lidam no sindicato como se este fosse sua propriedade. De fato, há uma variedade de situações pelo Brasil a fora em 4100 sindicatos ligados ao “sistema Contag”¹⁰.

Importa ressaltar que a existência das secretarias de mulheres é resultado de luta por participação e cumpre função primordial para garantir a agenda política das mulheres. Por outro lado há uma tendência geral em circunscrever as questões das mulheres a estas e não considerá-las na perspectiva das relações de gênero de modo a transversalizá-las na plataforma das demais secretarias - política e reforma agrária, política agrícola, meio ambiente, trabalho assalariado, políticas sociais. Contrariando deliberações de congresso, os temas das mulheres tendem a ficar circunscrito às secretarias de mulheres, que por sua vez ocupam um lugar bem menor na “hierarquia sindical”, como revelam as palavras da dirigente a seguir.

Não é um espaço que tem o mesmo voto, que tem o mesmo poder, o mesmo espaço político. Então essa é uma coisa assim que parece que mudou, mas não mudou. Em alguns espaços pode ter mudado no debate, mas na hora da prática (...) ainda tem muitas dificuldades dessas relações. Tem coordenadora de mulheres que tem que sair da reunião e consultar o presidente se ela pode dizer ou não. (Diretora Estadual)

Uma questão reveladora das estratégias do poder masculino refere-se à medida estatutária, ainda não adotada pelo conjunto dos sindicatos, que diz respeito à renovação da diretoria em 30% dos cargos a cada mandato. Invariavelmente os cargos cujas direções são renovadas são, em geral, aqueles dirigidos pelas mulheres, o que comumente se dá em clima de forte pressão.

Nós precisamos fazer uma conversa forte dentro do conselho da Contag. Por que só as mulheres entram na renovação de 30%? Tem homem se eternizando, mas o homem ganha experiência. Quanto mais mandato ele tenha, mais experiência ele vai acumulando. As mulheres, não. Precisa tirar, porque estão caducando. Fulana já está caduca naquele lugar. Os homens não caducam, eles ganham experiência, as mulheres caducam. Entendeu? (Raimunda de Mascena)

A prática da renovação dos cargos de direção revela uma forte contradição como medida de democratização do movimento sindical, ao buscar atingir as mulheres, e assim se transformar numa forma de enfraquecê-las politicamente e reproduzir a lógica do poder e da cultura política discriminatória e excludente.

¹⁰ É chamado Sistema Contag, o sistema confederativo constituído pelos sindicatos, geralmente de base municipal, federações em âmbito estadual e a confederação, Contag em âmbito nacional.

As práticas que oprimem, discriminam e violentam as mulheres sindicalistas rurais estão disseminadas na cultura política do movimento sindical e ainda que se reproduzam de maneira diferenciada nas entidades de âmbito nacional, estadual e municipal, devem ser compreendidas em sua lógica. Neste sentido limitar-se à comparação entre as mesmas, pouco contribui para a sua compreensão.

Na entidade de âmbito nacional, a Contag, as práticas que discriminam são mais veladas, o discurso mais elaborado, que apregoa a democracia e a igualdade. Por força das conquistas efetivadas pelas mulheres em todas as atividades nacionais, audiências, atos públicos e em alguns outros espaços que a Contag se faz representar, a diretora da Secretaria de Mulheres faz uso da palavra ao lado do presidente.

Ao “descer” para os estados, as Federações já apresentam um quadro político diferenciado e as mulheres já encontram grandes dificuldades para fazer valer as deliberações de congressos que lhes asseguram condições iguais, como no que diz respeito ao valor da liberação e às condições necessárias para realizarem o trabalho político organizativo das mulheres. No caso dos sindicatos a situação se agrava e os atos de violência se ampliam para casos recorrentes de assédio moral e, também, sexual.

(...) assédio moral é a coisa mais frequente, que tem desrespeito mesmo. Gritar a ponto de jogar lá embaixo. Isso acontece mesmo, não só com diretoras, mas com funcionárias, acontece direto. Assédio sexual (...) está lá com um processo que o Ministério Público já se manifestou e espero que dessa vez seja punido. (Diretora Estadual)

Os atos de violência contra as mulheres, segundo relatos e entrevistas realizadas para fins deste estudo, sempre permearam as relações no interior do movimento sindical e de acordo com algumas opiniões recrudesceram com a maior participação e crescimento político das mulheres. Por outro lado, as mulheres buscam enfrentar essa realidade combinando diferentes estratégias, conforme a natureza do ato de poder/violência, de modo a reconhecer sua dimensão pessoal e coletiva, apoiar as companheiras vítimas de violência, estimulá-las a fazerem denúncias e, sobretudo, tratando a dimensão política desses atos. Assim, o tema da violência se destaca na sua plataforma política em duas vertentes, a violência doméstica e familiar e a violência no movimento sindical, como manifestações do poder e cultura patriarcal e machista, e o seu enfrentamento entende-se que deva ser tratado como responsabilidade da sociedade e do Estado.

Pesquisa realizada em 2008¹¹, com 532 mulheres sindicalistas, revelou resultados impactantes - 33,2% declararam ter sofrido recentemente algum tipo de violência em eventos e atividades do movimento sindical (44,1% humilhação; 38% piadas ofensivas; 28,4% queimação política; 23,1% desqualificação; 15,3% isolamento; 7% ameaças; 3,5% agressão física; 1% violência sexual). Quando perguntadas sobre a forma como reagiram aos atos de violência – 38% enfrentaram o agressor; 22% denunciaram em assembleia ou reunião; 7% denunciaram à Fetag; 2,2% à delegacia, 0,4% à Contag, mas 27% declararam terem permanecido caladas.

A Marcha das Margaridas, desde a sua primeira mobilização em 2000, além de apresentar pautas de reivindicações ao Estado, tem apresentado pautas internas, dirigidas ao próprio movimento sindical. Estas focalizam o necessário cumprimento das medidas que garantem a participação das mulheres, desde a política de cotas à garantia dos recursos materiais e não materiais necessários ao exercício da sua atividade sindical, como a formação política, o compromisso com o combate a todas as formas de violência e o funcionamento efetivo das comissões de ética, etc.

Ao olharmos para esse contexto sindical a partir da trajetória e experiência das mulheres associada à perspectiva da cidadania e da democracia, identificamos uma profunda convergência com a ideia central defendida por Matos em seu ensaio “[...] de que a cidadania política e social é um fenômeno inerentemente multidimensional, que inclui dimensões complexas e paradoxais que é necessário enfrentar e não escamotear” (MATOS, 2009, p, 23).

A primeira parte do enunciado de Matos (2009), procuramos contemplar, pelo menos em parte, com a discussão que realizamos até aqui. Trata-se, então, de abordar questões relacionadas às formas de enfrentamento à “cultura política” reproduzida no movimento sindical e a uma concepção de democracia que favoreça a construção da cidadania multidimensional, para que se concretizem na vida das mulheres sindicalistas os direitos sociais e políticos.

De acordo com SAFFIOTI (2004, p, 106-107) cuja construção teórica se fundamenta no materialismo histórico, “[...] a base material do patriarcado não foi destruída”, ainda que as mulheres tenham avançado substancialmente nas áreas

¹¹ Pesquisa realizada durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Brasília, novembro/2008. Ver documentos consultados, CONTAG, 2009.

profissional e política. A contradição que o caracteriza, por um lado passa pela preservação da condição de dominação dos homens, e por outro, pela construção da igualdade social entre homens e mulheres, que enquanto aspiração feminina parece insolúvel. No entanto, sua superação é possível e requer “[...] transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p. 107).

Em outra perspectiva, Butler (1999) em diálogo com Laclau, trata o patriarcado como sistemas de dominação masculina que consistem não em “totalidades sistêmicas destinadas a manter as mulheres em posições de opressão”, mas em “formas hegemônicas de poder” que expressam fragilidades próprias. De acordo com Butler, uma tarefa estratégica das feministas explorarem tais fragilidades na perspectiva da igualdade.

Santos (2001, p. 264 a 290) aborda o patriarcado como uma forma privilegiada de poder no espaço doméstico, mas presente em constelações de poderes nos demais espaços estruturais da sociedade (produção, mercado, comunidade, cidadania e mundial) que estão interconectados num movimento complexo. Nesse movimento cada espaço possui uma dinâmica de desenvolvimento que partilha com as dinâmicas dos demais, assim como características objetivas e subjetivas, sociais e psicossociais, onde residem formas de dominação, dissensões e conflitos e as possibilidades, os germens da mudança e da transformação. Em outras palavras, reside aí a possibilidade de emancipação, que não se apresenta como um ponto fixo a alcançar, mas como um processo ruidoso, instável, mas firme em seus propósitos de construir alternativas com autonomia, o que integra uma dinâmica de confrontos e negociação permanentes.

Eu sempre tenho clareza que a nossa organização política produz um tensionamento positivo para essa organização. Porque, o fato de nós criarmos secretarias de mulheres, ela por si só gera um conflito, um conflito que leva a um tensionamento e um tensionamento, que eu tenho apostado que ele é absolutamente positivo. Tensiona o poder, tensiona a visão, coloca o olhar, chama para a discussão do por que as mulheres estão invisibilizadas. Mobiliza as mulheres para saírem da invisibilidade, tensiona... Há um ambiente de tensionamento. Por que as pessoas olham o tensionamento como algo negativo sempre? Eu olho o tensionamento como algo positivo. E as mulheres conseguiram fazer um tensionamento no interior dessa organização, que esse tensionamento produz elaboração, formulação, proposição, enfrentamento. Por que não? E promove avanços. Imagine um lugar onde não tenha tensionamento político, dificilmente se promove avanços, não é mesmo? (Carmen Foro)

O verbo “tensionar”, ausente dos dicionários da língua portuguesa, é amplamente conjugado pela entrevistada acima com forte conotação de “fazer político sindical”, relacionado ao que caracteriza as relações construídas com a chegada/participação das mulheres no espaço sindical, e enseja possibilidades de mudança, de práticas emancipatórias, de construção da democracia.

O “tensionamento” decorrente da chegada e participação das mulheres no movimento sindical é identificado em toda a sua trajetória de luta contra a opressão, por reconhecimento e direitos, e demanda uma abordagem que articule cidadania e democracia, não apenas num campo de tensões, mas como um tensionamento permanente, para o qual não há uma solução de consenso que possa dar conta de eliminá-lo. As estratégias de diálogo e negociação assumem papel preponderante em contextos específicos sem, contudo, eliminar as origens e motivos do tensionamento.

Sem pretender responder a essa questão neste trabalho, encontramos algumas pistas na elaboração teórica de Mouffe (1999, 2003) sobre cidadania e democracia. Para Mouffe (1999) cidadania implica em combinar equivalência e diferença. Isso significa, de um lado, articular um campo de equivalências que se traduz numa forma de identidade política fundamentada nos princípios de liberdade e igualdade para todos. De outro, em acolher a expressão das diferenças como um princípio articulador de diferentes posições de sujeito. Portanto, cidadania não é algo dado, estático, mas um campo de tensões e negociações, no qual se fazem presentes conflitos e antagonismos e no qual é possível articular diferentes lutas contra a opressão, incluindo aquelas vinculadas ao gênero. Esse processo implica numa demarcação de fronteiras entre um *NÓS* e um *ELES* que, se por um lado expressa um antagonismo e são irreconciliáveis, por outro, apresentam-se na condição de exercerem, pelo princípio da liberdade e igualdade “[...] o direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas” (MOUFFE, 1999).

Os espaços de luta políticas na perspectiva democrática defendida por Mouffe (2003) são regidos pelo dissenso. Segundo a autora uma sociedade democrática não é aquela regida por um consenso que escamoteie os antagonismos e se imponha a partir de uma visão hegemônica. Antes, trata-se de uma sociedade na qual tem lugar a efervescência das posições e projetos alternativos em disputa de

forma legítima, ao que Mouffe chama “pluralismo agonístico” e integra o projeto de democracia radical e plural, que defende.

Nos limites deste trabalho não dispomos do fôlego necessário para aprofundarmos o conhecimento e debate sobre a formulação teórica de Mouffe (2003, 1999), na perspectiva de articulá-la à reflexão sobre a relação cidadania e democracia na experiência sindical das mulheres rurais. Entretanto, a trazemos a este trabalho como pistas a serem exploradas, para que não caiamos na zona de conforto tão perigosa, do equilíbrio e do consenso, quando se tratam de relações de opressão com profundas raízes na nossa sociedade e da necessária quebra da cultura hegemônica fundada no patriarcado.

Somente o protagonismo cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais sindicalistas, com o desafio de se fortalecerem enquanto tal, e em seu projeto político ancorado em uma capacidade articulatória e em estratégias que possam sustentar os ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade pode lhes garantir cidadania social e política e a construção democrática.

7 – NOVOS E VELHOS DESAFIOS, NOVAS E VELHAS ESTRATÉGIAS – À GUIA DE CONCLUSÃO

Um país com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para as mulheres é possível, se as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta forem devidamente reconhecidas e respeitadas em seus direitos civis, sociais e políticos. Para tanto é preciso que as mulheres estejam efetivamente ocupando os espaços de poder e representação política, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades de gênero. Não é possível avançar a democracia, construir uma nação soberana, justa e solidária, enquanto atos de violência forem praticados contra as mulheres, enquanto persistir o silêncio e a impunidade sob a cultura patriarcal e machista. (Parte do texto introdutório à Pauta Interna da Marcha das Margaridas 2011)

Ano de 2012, as mulheres no sindicalismo rural se preparam para a realização do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O congresso será realizado em março de 2013, com encerramento previsto para uma data emblemática – 8 de Março. Muitas questões estarão em pauta, novas e velhas questões, no ano dos 50 anos da Contag e de 15 anos da aprovação da política de cotas para as mulheres.

O contexto atual de preparação para o 11º Congresso é de grandes desafios para as organizações e movimentos sociais do campo com fortes contradições de ordem econômica e política e impactos de um modelo econômico desenvolvimentista concentrador da terra e da renda, insustentável social e ambientalmente. Se de um lado registram-se alguns avanços, com ascensão econômica de uma significativa parcela da população e participação social em arenas políticas, sobretudo voltadas para a concepção e gestão de políticas públicas, por outro, questões de ordem estrutural permanecem comprometendo o exercício da cidadania integral e a democracia. Nesse contexto as mulheres seguem sendo as mais atingidas, sobretudo, se trabalhadoras, do campo, jovens e negras.

Para finalizar este trabalho, ciente dos riscos de simplificação ao tratar questões de tão grande complexidade, queremos reter a ideia de que os processos emancipatórios, de construção democrática e exercício da cidadania plena, guardam velhas questões e antigos desafios. Entretanto, estes necessitam ser examinados à luz do contexto atual e dos cenários que se avizinham para que as estratégias de lutas possam se renovar com fôlego novo, nutrido pela capacidade de reinventar projetos e perspectivas nos quais, entre outros, está em jogo a autonomia política das mulheres.

De acordo com Carmen Foro, apesar das mulheres terem realizado a Marcha das Margaridas de ampla repercussão social, o movimento sindical permanece limitado por uma estrutura arcaica e ultrapassada, que não comporta práticas democráticas que de fato reconheçam o protagonismo das mulheres e da juventude.

Essa estrutura do jeito que está, de décadas anteriores, elas não permitem avanços muito longos de uma autonomia política, nem para mulheres e nem para jovens. Ela está envelhecida e em minha opinião é preciso fazer uma reflexão profunda se essa estrutura permite que as mulheres tenham voz, tenham democracia, que de fato a democracia se realize tanto para as mulheres quanto para a juventude.

(...) Uma estrutura de decisões, decisões feitas pelas grandes figuras e normalmente nós mulheres não estamos nesses espaços. Uma organização sindical que não permite refletir novas questões, novos processos de organização tende a continuar como era antes. Eu acho que era necessário abrir a estrutura sindical para que as mulheres pudessem dizer por dentro desse movimento qual é a melhor forma para a gente se organizar, como que as mulheres estariam exercendo sua possibilidade política dentro desse sindicato, como que seria melhor o sindicato. (Carmen Foro)

A experiência político organizativa construída pelas mulheres esbarra em limites estruturais que definem o espaço de domínio masculino, que reproduz uma cultura política que no discurso defende a democracia e a participação, mas nega e cerceia o protagonismo das mulheres e da juventude. Uma questão recorrente nas entrevistas é de como avançar por dentro da organização, se preservando, e não retrocedendo nas conquistas realizadas.

A plataforma política das mulheres deve constituir-se em referência para a definição das estratégias para enfrentar os desafios. Entretanto, isso não é o bastante, pois é preciso buscar as condições de compreensão dos processos em curso, de um olhar crítico a partir da trajetória construída, mas sobre o contexto atual de modo a identificar os elementos que se articulam nas relações cotidianas em suas contradições, tensões e disputas, sem o que é impossível construir a unidade entre as mulheres.

A cultura política hegemônica investe permanentemente na reprodução das velhas formas de disputa em um campo configurado por diferentes forças políticas, ligadas a partidos, centrais sindicais, tendências políticas diferenciadas e correntes ideológicas das quais as mulheres também fazem parte. Como construir unidade entre as mulheres num campo atravessado por tanta diversidade?

Então assim, a gente precisa avançar nisso, mas avançar significa ter uma plataforma de conteúdo feminista, estratégico, de avanço das mulheres em sua organização, de sua presença política, mas uma presença recheada de conteúdo que nós acumulamos ao longo da nossa história.

(...) A gente quer construir e estamos disputando um modelo de desenvolvimento que tenha no centro as questões da igualdade, a questão do enfrentamento a pobreza, a questão do enfrentamento a todos os processos de desigualdade. Então isso assim é muito estruturante. Então a gente tem que estar olhando sempre pra isso para que não se retroceda nada. Do ponto de vista organizativo eu acho que nós temos muitos desafios. (Carmen Foro)

Dentre os desafios que as mulheres identificaram durante as entrevistas constam o investimento na auto-organização das mulheres; na criação, recriação, fortalecimento e funcionamento efetivo das comissões municipais e estaduais referenciadas na plataforma política e apoiadas por um programa de formação política. As mulheres identificam uma forte contradição no fato de terem avançado em participação social, que se traduz na participação em conferências, conselhos, comitês gestores de programas e políticas públicas, fóruns estaduais e nacionais, enquanto sofrem toda sorte de restrições e mesmo violência nos espaços sindicais.

A realidade é dura, pois muito se avançou, mas se tratando de igualdade para as mulheres, como diz uma das entrevistadas “não tem nada vencido”, ao contrário, os desafios se apresentam com nova roupagem e o contexto social é outro, bem distinto dos anos 80 e 90. Há outra geração de mulheres que usufrui das conquistas em termos de reconhecimento e participação, mas que necessitam tanto ou mais de formação política para que possam ver e ler nas entrelinhas das práticas ditas democráticas onde se situa a reprodução da discriminação e da desigualdade. Não de outro modo poderão fazer da sua prática sindical um exercício na perspectiva emancipatória, de transformação da realidade de opressão e violência que as mulheres ainda vivem na família, na sociedade e no movimento sindical.

Cappelin (1994) identifica na lógica das cotas um nível de reconhecimento sindical da existência das mulheres como sujeito político separadamente dos homens. Entretanto, a participação política sindical das mulheres está sempre em risco e se torna mesmo perigosa se não tiver “[...] acompanhada por uma nova mediação sexuada – política – das mulheres entre elas, interna e externa ao sindicato, que possa produzir formas autônomas de organização e agregação” (CAPPELLIN, 1994, p. 287). Este desafio identificado por Cappelin em 1994 guarda toda a atualidade na proposta da estratégia de auto-organização permanente das mulheres para problematizar a divisão sexual do poder e do trabalho no movimento sindical e produzir “múltiplas renovações políticas” necessárias ao processo de construção da igualdade.

Agora, internamente os desafios são enormes. Porque...convencer, reconverter quem já foi convencido e agora já voltou, repactuar de novo algumas questões. Internamente eu acho que as mulheres precisam ganhar fôlego e força, porque aquela geração passou. Porque, assim, nesse período todos nós tivemos uma geração de mulheres. E a geração de mulheres daquela época que... que nasceram, aquelas mulheres que foram nascendo na luta da década de 80 até... Essas mulheres foram chegando e foram chegando e foram passando, foram passando e hoje estamos numa outra geração de mulheres. Entendeu? E isso precisa se preocupar também, porque assim, as pessoas não são... elas não chegam sabendo de tudo. Elas não chegam convencidas. Elas precisam ser formadas, informadas. Eu acho que voltar a olhar lá, olhar o passado pra repensar, pra pensar, e fazer diferente. Mas assim, como é que faz daqui pra frente? Entendeu? Eu acho que tem que olhar pra trás. Quem quer chegar em algum lugar, precisa primeiro olhar de onde saiu. (Raimunda de Mascena)

Tendo em vista a realização do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, as mulheres se preparam com o objetivo de expor e debater as relações entre homens e mulheres no cotidiano sindical, as diversas formas de violência contra as mulheres, as investidas para desautorizá-las, desqualificá-las e retirar o seu direito de participar e exercer autonomia política. O contexto para esse debate, em relação aos anos 90, se por um lado apresenta alguns avanços em termos do reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos políticos, por outro a sua autonomia pessoal e política ainda está longe de se tornar realidade na vida das trabalhadoras rurais. Para isso concorre fortemente a reprodução da divisão sexual do trabalho nos diversos espaços da vida social.

(...) Meu corpo não é uma mercadoria e minha pessoa não é qualquer coisa para levar saco de pancada. É um desafio que eu acho que tem que levar para o próximo congresso discutir, o respeito nesse espaço. (Diretora Estadual)

(...) Porque me preocupa muito uma coisa, a cota foi aprovada em 98, então de 98 a 2012... tem quase quinze anos e eu acho que a gente nunca fez um debate mais profundo, com consequência, que a gente leve para um mais profundo, nem fizemos entre as mulheres, entende? Pra gente colocar na mesa mesmo entre a gente tudo o que está acontecendo que a gente sabe e também levarmos esse debate, porque se a gente não faz entre a gente, amadurece e tem uma força entre a gente, como é que a gente vai levar para enfrentar no espaço misto, inclusive, porque muitas coisas dizem respeito, tem que ser debatidas da perspectiva da ética sindical. (Carmen Foro)

No momento em que concluo esta monografia se realiza um seminário nacional que tem como tema “Democracia, Poder e Participação Política” e integra a Jornada das Margaridas. Após um dia de debates sobre a participação nas eleições 2012 com algumas convidadas com experiência no exercício de cargos eletivos no

legislativo e executivo, as mulheres partem para rever sua trajetória, realizar avaliações e abrir o debate da paridade, que pretendem levar ao 11º Congresso.

Para as mulheres rurais sindicalistas, ainda que haja tantos problemas na implementação da política de cotas e nas relações de poder no movimento sindical é preciso dar um passo a mais no debate sobre a igualdade incorporando a paridade participativa como uma estratégia para construir a justiça, autonomia e igualdade. Algumas lideranças revelam alguma insegurança quanto à oportunidade de se defender a paridade neste contexto, mas grande parte entende que se trata de uma oportunidade estratégica para trazer o debate da democracia, sobre as relações estabelecidas no cotidiano sindical, sobre o respeito à legitimidade do seu exercício nos cargos de direção e à sua autonomia política.

(...) Então, fazer o debate da paridade requer de nós um grande desafio voltado para dar qualidade a esse debate de participação política, de que os investimentos que nós vamos fazer de informação, de formação política é para que cada mulher que esteja nesses lugares seja ganha para a nossa plataforma, e não apenas para estar no poder pelo poder. É o poder para transformar, é o poder para implementar uma plataforma para o conjunto da classe, mas que tenha uma visão de enfrentar as desigualdades (...) A gente precisa avançar nisso, o que significa ter uma plataforma de conteúdo feminista, estratégico, de avanço das mulheres em sua organização, de sua presença política, mas uma presença recheada do conteúdo que nós acumulamos ao longo da nossa história. (Carmen Foro)

A proposição da paridade participativa traz para o debate a condição das mulheres no espaço sindical, a construção da igualdade, as relações estabelecidas e questiona o poder tradicionalmente exercido, cujos padrões muitas vezes acabam sendo reproduzidos por mulheres que assumem a direção sem se alinharem com a plataforma política das mulheres. Nisso reside o perigo, de que nos fala Cappellin (1994), ao qual nos referimos anteriormente, que aponta a necessidade imperiosa de construir estratégias de auto organização para o fortalecimento e autonomia política das mulheres.

Na amplitude que o debate da paridade enseja, compreendemos que ele articula-se ao debate sobre democracia e cidadania integral como o vimos enfocando, mas a demandar um avanço na reflexão. Retornamos, então, a Matos (2009) que nos indica a necessidade de articular a abordagem da cidadania contemporânea às referências teóricas do “pluralismo democrático e do pertencimento múltiplo” para que se explicitem o caráter multidimensional, os paradoxos e tensões que o exercício da cidadania encerra. Tal abordagem nos

remete à relação entre cidadania e democracia ao tratar da diversidade, do lugar para a expressão e acolhimento das diferenças e construção da igualdade.

Nessa linha Matos (2009) aponta o aporte teórico de Nancy Fraser que propõe um novo paradigma de justiça social em que se relacionam as perspectivas do reconhecimento que dizem respeito às demandas identitárias e às diferenças; da redistribuição, de caráter universalista e de igualdade e da representação política, na perspectiva da inclusão.

Ao desenvolver essa noção de justiça Fraser (2011; 2007) apresenta como seu centro normativo a noção de “paridade participativa”, que diz respeito essencialmente a um estado qualitativo que implica em ser igual, estar e se relacionar em condições de igualdade, o que não se garante pelo recurso numérico. A paridade implica numa paridade de participação e não se limita às instituições políticas, mas deve abranger todos os âmbitos da interação, incluindo o mercado de trabalho, as relações familiares, as esferas públicas e as associações da sociedade civil. Entretanto, a paridade não deve se limitar à diferenciação por sexo, mas abranger o conjunto de categorias subordinadas sem exclusividade. Para Fraser, uma lei limitada à paridade entre os sexos poderia resultar num impacto negativo sobre a representação e estimular outras disparidades. Outras dimensões como geração e raça, devem ser tomadas em consideração para que não se incorra em outras formas de exclusão, como é o caso no movimento sindical da cota para a juventude.

A formulação de Fraser nos chama à necessidade de realizar um aprofundamento sobre as noções de justiça, moral e ética e um debate cuidadoso na defesa da paridade participativa entre os sexos, que leve em conta as condições objetivas e intersubjetivas que articuladamente devem concorrer para que se realize a paridade.

Os elementos e questões articuladas neste trabalho sobre a trajetória construída pelas mulheres no sindicalismo rural apontam a necessidade de recriar e fortalecer “velhas” estratégias. A trajetória construída não é linear e progressiva como se costuma abordar, mas sinuosa a ponto de sugerir um movimento em espiral no qual velhos desafios retornam ao contexto atual, demonstrando que estruturas “arcaicas” permanecem restringindo as lutas emancipatórias e de reinvenção da democracia. Talvez a sugerir a urgência de novos tensionamentos.

A proposição da paridade participativa pautada atualmente no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais requer um amplo debate na perspectiva de oportunizar o enfrentamento das relações estabelecidas no cotidiano sindical, que reproduzem “velhas” formas de opressão. De outro modo seria uma medida limitada a um recurso numérico que poderia potencializar toda a sorte de resistência contra a participação e protagonismo político das mulheres.

O debate da paridade participativa traz a oportunidade de revisitar as práticas ancoradas no discurso da democracia e da igualdade, mas que reproduzem cotidianamente a opressão e a desigualdade, chegando a práticas de profundo desrespeito e violência. Trata-se de traduzi-las em sua dimensão social e política e desmascarar as abordagens que atribuem a essas práticas um caráter localizado, pontual e pessoal.

Constatamos que há muitas formas de desigualdade e opressão presentes no movimento sindical, com velhas e novas roupagens, que corroem dia-a-dia as possibilidades de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que o próprio movimento defende. Estas atentam contra os direitos (humanos) e à democracia.

Reinventar estratégias para enfrentar novos/velhos desafios, com a devida adequação aos contextos em que se inserem, fazer da auto-organização associada à formação política de base feminista um meio para potencializar as tensões na perspectiva de que a participação, o poder e a democracia se façam orientados pelos ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade, integram o momento atual da trajetória das mulheres no sindicalismo rural e seu horizonte emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Mirian e SILVA, Rocileide. As Relações de Gênero na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, M. I. B. (org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo. Ed. 34. ABEP, NEPO/Unicampo e Cedeplar/UFMG, 2000. P.347-366.

AMARAL, Waldiléia R. S. **Do Jirau ao Geral**: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no estado do Pará, Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFP, 2007.

ARTHUR, Maria José. Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres e as lutas pela afirmação dos seus direitos; Moçambique, 1993-2000. In: SANTOS, Boaventura S., (Org.) **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 381- 424.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (Org.) **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39 a 82.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. In: **Estudos Feministas**. Jan/Abr/2004. Florianópolis, Santa Catarina. p. 289 a 302.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A Miséria do Mundo**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 693 - 732.

_____. A Dominação Masculina. In: **Educação & Realidade**. Jul./dez. Porto Alegre 1995. p. 133-184.

_____. Conferência do Prêmio Goffman: A Dominação Masculina Revisitada. In: LINS, Daniel (org). **A Dominação Masculina Revisitada**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. P. 11-27.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ y LACLAU, Ernesto. Los usos de la igualdad. **Debate Feminista**. Ano 10. V. 19. 1999. Abril. p. 115 -139.

CAPPELLIN, Paola. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: **Camuflagem e Transparência**: as mulheres no sindicalismo. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Central Única dos Trabalhadores - CUT. São Paulo:1990. p. 17-20.

- _____. Viver o sindicalismo no feminino. Revista **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro/CIEC/ECO/UFRJ, 1994. p. 273-290. (Número Especial).
- CONTAG. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Marcha das Margaridas 2011. Caderno de Textos: para estudos e debates**. Brasília, Contag, 2011. 56 p.
- _____. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Violência contra as Mulheres Trabalhadoras Rurais nos espaços doméstico, familiar e no movimento sindical**. Relatório parcial. 2009. Digitado
- _____. Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **A Mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: Trajetória de Lutas**. Brasília, DF: Contag, 2002. 54 p.
- DELGADO, Maria B. Godinho. Mais Mulheres na Direção da CUT. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 1996. Ano IV. p. 138 a 147.
- ESMERALDO, Gema Galgani. **O Feminino na Sombra: relações de poder na CUT**. Fortaleza: EUFC, 1998. 262 p.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2006. Vol. 21, n.62. p.27-44.
- FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**. V. 7. No 2. São Paulo. Julho/Dez. 2011
- _____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**. V.15. Ano 2. UFSC: Florianópolis. 2007
- GODINHO, Tatau. Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 1996. Ano IV. p. 148 a 157.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas, p 07 – 41.
- HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. Madrid, Ediciones Morata, 1996. (cap. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo, p. 15 a 27)
- MAGALHÃES, Manuela de Sousa. **Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte.
- MATOS, Marlise. Cidadania por que, quando , para que e para quem. Desafios contemporâneos ao Estado e à Democracia inclusiva. In: MATOS, Marlise; LINO,

Nilma; DAYRELL Juarez. In: **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**. Belo Horizonte, UFMG, 2009.

_____. Ações Afirmativas: Dinâmica e Dilemas Teóricos entre a redistribuição e o reconhecimento. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC. Florianópolis. Abril, 2007. P.465 - 476.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 144p. (Obras de Sociologia).

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate Feminista** (Cidadania e Feminismo). São Paulo: México, 1999. P. 29-47

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista** (Cidadania e Feminismo). São Paulo: México, 1999. P.266-275.

NUNES, João A. e SANTOS, Boaventura S. Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura S., (Org.) **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25 a 68.

PIMENTA, Sara D. C. **Trajetórias na Terra: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança**. 2005. 202 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, Boaventura S. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. P 15-49; 235 - 280.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, 1999. V.7, n. 12. P. 11 – 30.

_____. Experiência. IN; SILVA, Alcione et Al. **Falas de Gênero**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. P. 21- 55.

_____. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Educação & Realidade**. Jul./dez. Porto Alegre: 1995. p.71-99.

SOUZA-LOBO, Elisabeth, 1943-1991. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CONTAG. Anais do 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília. Contag, 2009.

_____. Anais do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília. Contag, 2005.

_____. Anais do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília. Contag, 2001.

_____. Anais do 2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília. Contag, 1998.

_____. Anais do 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília. Contag, 1998.

_____. Anais do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília. Contag, 1995.

_____. Anais do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília. Contag, 1991.

_____. Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília. Contag, 1985.

_____. Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília. Contag, 1979.

_____. Anais do 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília. Contag, 1973.

APÊNDICE

Questões abordadas nas entrevistas

- Experiência como dirigente sindical, o seu significado, principais dificuldades e desafios na atuação como diretora da Fetag ou Contag.
- Estratégias que as mulheres dirigentes sindicais vêm construindo em sua trajetória para garantir, fortalecer e ampliar a sua participação no movimento sindical e nos cargos de direção.
- Como a plataforma política das mulheres trabalhadoras rurais, suas lutas e mobilização se expressam dentro do movimento sindical, nas relações estabelecidas no seu cotidiano sindical.
- Avaliação sobre as condições atuais de reconhecimento, participação política e autonomia das mulheres rurais considerando a trajetória de cerca de 25 anos de lutas das trabalhadoras rurais no movimento sindical.
- Principais desafios que se apresentam para as mulheres trabalhadoras rurais e dirigentes sindicais às vésperas do 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Mulheres entrevistadas

- **Dirigentes sindicais/Coordenadoras Estaduais de Mulheres** – 01 por região do país (duas do nordeste) – Total de 6 mulheres

Dirigentes da Contag

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Contag: Carmen Helena F. Foro

Ex- Coordenadoras Nacionais Mulheres Trabalhadoras Rurais: Raimunda de Mascena e Margarida Pereira da Silva, conhecida como Ilda.